

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

IMACULADA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO

**EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO TIMOR-
LESTE
(2000-2012)**

Florianópolis
2015

IMACULADA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO

**EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO TIMOR-
LESTE
(2000-2012)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Educação. Orientadora: Profa. Dra. Olinda Evangelista.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ribeiro, Imaculada da Conceição
Educação e formação de Professores no Timor-Leste (2000
2012) / Imaculada da Conceição Ribeiro ; orientadora,
Profa. Dra. Olinda Evangelista - Florianópolis, SC, 2015.
69 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós
Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Política de Educação. 3. Formação de
professores. 4. Timor-Leste. I. Evangelista, Profa. Dra.
Olinda . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me iluminou nesta grande conquista, por estar sempre presente em minha vida, por ser fonte inesgotável de sabedoria e esperança.

Aos falecidos que me acompanharam durante o estudo no Brasil.

Às minhas colegas da Linha Educação, Estado e Políticas Públicas (EEPP) que me motivaram, suportaram e contribuíram para o enriquecimento do conhecimento sobre o que não conhecia, Claudemir Osmar, Aline Decker, Juliana Faust, Jocemara Triches, Allan Kenji, Aline Mandeli, Rita Kleber, Aldani, Karine, Jéssica, Joana Vaz, Leda, Barbara, Juliana de Sousa, Adalberto, Fabrício, Fabiana e Kamille Vaz.

Às minhas colegas que não são da mesma linha ou colegas que foram para Timor-Leste e me ajudaram e deram coragem, Gabriela e Leonardo.

Às professoras do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO), Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho, Profa. Eneida Shiroma, Profa. Maria Helena Michels e Profa. Rosalba Garcia.

Agradeço imenso e muito especialmente à minha orientadora, Profa. Dra. Olinda Evangelista, que se dedicou, acompanhou, teve paciência em me orientar, leu meu texto com amor, compreendeu bem minhas condições e me considerou como mãe e filha, não como aluna e professora. Essa é uma coisa que nunca esquecerei na minha vida. Muito obrigada!

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa, Profa. Maria Helena Michels, Prof. Irlan Von Linsingen, Prof. Maurício Aurélio dos Santos, Prof. Jéferson Dantas e Profa. Eliane Debus.

Agradeço muito à minha querida família o carinho com que me cuidaram bem, mesmo estando muito longe, eles me suportaram com orações e com amor, principalmente os meus pais, Adriano da Conceição e Ana Maria Ribeiro, e os meus irmãos, Eugenia e Domingos, Alda e Nicolau, Adriano Antonio e Domingas, Domingas e Mario e a Lourença, como amiga da minha vida.

Aos colegas timorenses que estudaram juntos aqui no Brasil e que me deram coragem e suportaram durante meu estudo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), Azita Valente Camões, Domingos Sebastião, Mario Menezes, Apolinário, Augusta Gomes, Longuinhos da Silva, João dos Santos, Rozito Quintão, Paulo Mariano, Diego Sávio, Anselmo Xavier,

Venâncio Sarmiento, Victor Brito e Luis Alves. Muito obrigada, vocês fazem parte da minha vida!

Aos professores que foram para Timor-Leste e que me motivaram e suportaram, Suzani Cassiani, Irlan Von Linsingen, Silvia Coneglian e Patrícia Giraldi.

A meu querido amor Alarico Amaral que me acompanhou durante meu estudo, você sempre me deu coragem e motivou quando enfrentei dificuldades. Obrigada pelo seu carinho!

Ao Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina que me aceitou como aluna, pelo acolhimento e oportunidade de realização do curso de Pós-Graduação.

Ao nosso governo de Timor-Leste que me deu o apoio através do Ministério de Educação com bolsa de estudo, com a cooperação com o governo do Brasil, com a amizade entre os dois países para desenvolver o nosso conhecimento, tanto de língua portuguesa como de ciências, muito obrigada!

Mais uma vez gostaria de dizer que todos vocês são coautores deste trabalho.

Resistir é vencer, dos gritos da dor
temos sonhos falados, sonhos lindos de
Timor
pra esquecer passados
e sonho é ser livre
e sonhamos a paz
e sonhamos amor
e sonhamos o futuro.
Xanana Gusmão (Díli, 1º de outubro
de 1999).

RESUMO

Nesta pesquisa discutimos as políticas do governo timorense de formação de professores para o ensino pré-escolar até o superior. Exploramos os problemas existentes e o que pode ser feito para que a política de educação em Timor-Leste envolva a formação dos professores no seu planejamento, tendo em vista o futuro da nação. A metodologia adotada neste trabalho envolveu: balanço de literatura para verificação dos autores que se dedicaram ao tema e como o discutiram; análise de documentação do Estado sobre a política de formação docente e análise da atual política educacional e de formação docente no Timor-Leste; exposição da formação dos professores do ensino pré-escolar ao ensino superior. Atualmente, falta formação o que gera, obviamente, um impacto negativo sobre a qualidade do ensino e a aprendizagem em sala de aula e ainda um impacto negativo sobre os potenciais dos futuros alunos. Neste pesquisa, discutimos o nível de educação e formação dos professores em Timor-Leste. Além disso, destacamos a história da colonização portuguesa, a invasão pela Indonésia e a restauração da independência do Timor-Leste. Para responder aos problemas associados com a falta de formação dos professores, foram examinados os seguintes pontos: Política Educacional no Timor-Leste; formação docente após o ano de 2000 e formação do professor na atualidade.

Palavras-chave: Política de Educação. Formação de professores. Timor-Leste.

ABSTRACT

In this research, we discuss the policies of the Timorese government teacher training for pre-school education to superior education. We explored the problems and what can be done so that education policy in East Timor involves the training of teachers in their planning with a view to the future of the nation. The methodology used in this study included: literature balance for verification of authors who have dedicated themselves to the subject and as discussed; State analysis of documentation on teacher training policy and analysis of current educational policy and teacher education in Timor-Leste; Exposure teacher education pre-school to higher education. Currently, they lack training, which obviously generates a negative impact on the quality of teaching and learning in the classroom and even a negative impact on potential future students. In this research, we discuss the level of education and teacher training in East Timor. In addition, it highlights the history of Portuguese colonization, invasion by Indonesia and the restoration of independence of East Timor. To address the problems associated with the lack of teacher training, the following points were examined: Educational Policy in East Timor; teacher training after the year 2000 and teacher education today.

Keywords: Education Policy. Teacher training. East Timor.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de textos selecionados, todos os materiais e quantidade (2000-2012)	25
Quadro 2 – Dissertações, descritor “Educação e Formação de Professores”, 2000-2012	26
Quadro 3 - Artigos em Revista, Trabalho em Anais, Jornal da República (2000-2012).....	30
Quadro 4 – Dados Totais Professores Permanentes e Contratados Timor-Leste no Ensino Pré-escolar ao Ensino Secundário – 2014.....	60
Quadro 5 – Dados de Professores Permanentes Conforme Habilitação Literária Timor-Leste do Ensino Pré-escolar ao Ensino Secundário – 2014.....	61
Quadro 6 – Díli Institute of Technology/Díli Instituto de Tecnologia (DIT) – 2011	62
Quadro 7 – Institute Of Bussiness/Instituto de Negócio (IOB) – 2011	62
Quadro 8 – Instituto Superior Cristal (ISC) – 2011	63
Quadro 9 – Instituto Profissional de Canossa (IPDC) – 2011	63
Quadro 10 - Instituto de Ciências Religiosas (ICR) – 2011	63
Quadro 11 – Instituto Católico para Formação de Professores (ICFP) – 2011	64
Quadro 12 – Universidade da Paz (UNPAZ) – 2011	64
Quadro 13 – Universidade Nacional Timor Lorosa’e (UNTL) – 2011	64

LISTA DE SIGLAS

AMP	Aliança Maioria Parlamentar
ANAAA	Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Acadêmica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DIT Díli	Instituto de Tecnologia
ICFP	Instituto Católico para Formação de Professores
ICR	Instituto de Ciências Religiosas
INFORDEPE	Instituto Nacional de Formação de Docente e Profissionais da Educação
IOB	Institute Of Business
IPDC	Instituto Profissional de Canossa
ISC	Instituto Superior Cristal
LBE	Lei de Bases da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento (principal documento de análise)
PQLP	Programa de Qualificação Língua Portuguesa
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
SPSS	<i>Statistical Package for Social Science</i>
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNASP	Universidade Adventista de São Paulo
UNB	Universidade de Brasília
UNPAZ	Universidade da Paz
UNTL	Universidade Nacional Timor-Lorasa'e

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 QUESTÕES PRELIMINARES	23
1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	23
1.3 A ORGANIZAÇÃO DESTE TRABALHO.....	24
2 BALANÇO DA PRODUÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSOR NO TIMOR-LESTE	25
2.1 A BUSCA DOS MATERIAIS	25
2.2 DISSERTAÇÕES SELECIONADAS	25
2.3 ARTIGOS EM PERIÓDICOS E TRABALHO EM ANAIS	30
3 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO TIMOR-LESTE	33
3.1 CAPITAL SOCIAL.....	35
3.1.1 Educação e Formação	36
3.1.2 Estratégias e Ações do Ensino Pré-escolar ao Ensino Superior	38
3.1.3 Projeto Nacional de Formação.....	44
3.2 LEI DE BASE DE EDUCAÇÃO (LBE)	47
3.2.1 Âmbito, Princípios e Objetivo Fundamental da LBE	48
3.2.2 O Ensino Secundário.....	53
3.2.3 O Ensino Superior	54
3.2.4 Modalidades Especiais de Educação Escolar	57
3.3 PROFESSORES PERMANENTES E CONTRATADOS NO TIMOR-LESTE DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR AO ENSINO SUPERIOR	60
3.4 DADOS TOTAIS DE PROFESSORES PERMANENTES E CONTRATADOS CONFORME HABILITAÇÃO LITERÁRIA NO TIMOR-LESTE EM ENSINO SUPERIOR.....	62
4. CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS	67

1. INTRODUÇÃO

A história de Timor-Leste foi bastante complexa e parte dela vivi como estudante. Venho de família simples, meu pai é pedreiro e minha mãe cuida da casa e dos 11 filhos. Sou a décima filha e a primeira pessoa na família que realizou o sonho dos meus pais de ter um filho na academia. Nasci em 1985, na capital Díli, e entrei no Ensino Básico em 1991, quando aconteceu o massacre em Santa Cruz no dia 11 de novembro. Após seis anos no Ensino Básico em escola pública, continuei o Ensino Fundamental, em Díli, durante três anos. Não consegui terminar meus estudos porque, no terceiro ano, teve uma guerra entre a Indonésia e os timorenses. Em 1999 conseguimos restaurar a nossa independência; antes disso minha família fugiu para a montanha. As forças australianas chegaram ao Timor-Leste para ajudar os povos timorenses. Depois de um ano, continuei meu estudo no terceiro ano do Ensino Fundamental em uma escola católica, em Díli. Fiz o Ensino Médio em escola pública durante três anos, terminando no ano de 2003. Fiz Faculdade de Educação, Religião e Moral em uma escola católica, Instituto de Ciências Religiosas (ICR), em Díli, durante seis anos. Após minha formatura, consegui uma vaga como professora no Ensino Médio, em Díli. Durante dois anos trabalhei no ensino público, de onde sai para estudar no Brasil. Ganhei uma bolsa do governo do Timor-Leste para completar os estudos acadêmicos. Assim cheguei na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Programa de Estudos Pós-graduados em Educação (PPGE), para pesquisar sobre a Educação e a Formação Docente em meu país.

Sinteticamente, em 1512 os portugueses chegaram a Timor-Leste para colonizar, atraídos pelas riquezas dos recursos naturais, como sândalo, mel e cera que motivaram o comércio. Também viajaram os missionários portugueses para difundir a religião católica que ainda hoje predomina no território do Timor-Leste. Aquela época os portugueses não davam oportunidades para todos timorenses entrarem na escola, ou seja, apenas os filhos dos reis ou dons/*liurai*¹, pessoas que tinham dinheiro que podem entrar na escola. Nessa época os portugueses implementaram a escravidão. O povo timorense era contra esse sistema e queria ser livre como outros países. Lutaram para a independência.

Em 1975 conseguiram formar governo contra os portugueses, mas nessa altura os Estados Unidos desconfiou que Timor-Leste utilizou

¹ Palavra *Liurai* refere-se a “dons” ou “reis”, ou seja, pessoas que têm poder ou são chefes de bairro e aldeia.

sistema ou ideais comunistas, por isso eles mandaram os indonésios invadirem Timor-Leste. Após eles implantam sistema de ditadura militar para dominar o território, além disso, criaram as escolas e as infraestruturas e deram oportunidade para todos timorenses irem à escola, mas continuamos sofrendo.

Os povos foram proibidos de falarem a língua portuguesa, porque os timorenses utilizavam tal língua para conversar com os outros. Seguidamente os guerrilheiros usavam a língua portuguesa, então os indonésios usavam formas brutais de torturas para os homens e abusos às mulheres para os povos não usarem mais essa língua para conversar. Nesse caso os povos continuaram crescendo com forças, por isso, os jovens não queria estudar e ficavam em casa ou alguns fugiam para as montanhas ou o mato para fazer ações clandestinas.

O objetivo principal dos indonésios era dominar os territórios e proibir de falar a língua portuguesa e influenciar os timorenses para entrar na religião muçumana ou islamismo. Além disso, eles exploraram a riqueza natural do petróleo do mar de Timor através de um acordo com a Austrália. Durante 24 anos invadidos pela Indonésia, cheio de violência, sofrimento, morte de pessoas e abusos às mulheres, os timorenses, sem ter medo de lutar, continuaram contra os indonésios para ganhar a independência. Em 1999 os timorenses conseguiram restaurar a independência por meio de eleições nacional ou votação popular e restaurou-se, em 2002, como República Democrática de Timor-Leste (RDTL). Agora o povo é livre, mas continua o problema, porque o país ‘e bem novo e precisa se reconstruir começar do zero. O governo criou uma boa política educacional para ajudar a desenvolver o país (TIMOR-LESTE, 2010).

Conforme Novoa, (1995, p.26),

[...] a formação de professores é, provavelmente, a área mais sensível das mudanças em curso no setor educativo: aqui não se formam apenas profissionais; aqui produz-se uma profissão. Ao longo da sua história, a formação de professores tem oscilado entre *modelos acadêmicas*, centrados nas instituições e em conhecimentos “fundamentais”, e *modelos práticos*, centrados nas escolas e em métodos “aplicados”. É preciso ultrapassar esta dicotomia, que não tem hoje qualquer pertinência, adotado *modelos profissionais*, baseados em soluções de parceria entre as instituições de ensino

superior e as escolas, com um reforço dos espaços de tutoria e de alternância. Esta opção obriga à instauração de novos mecanismos de regulação e de tutela da formação de professores, o que passa pela autonomia das Universidades e das escolas e pela celebração de acordos que traduzam a diversidade de interesses e de realidades institucionais: “Eu quero professores que não se limitem a imitar outros professores, mas que se comprometam (e reflitam) na educação das crianças numa nova Sociedade; professores que fazem parte de um sistema que os valoriza e lhes fornece os recursos e os apoios necessários à sua formação e desenvolvimento; professores que não são apenas técnicos, mas também criadores”.

A educação é um esforço consciente para preparar os alunos para ter papel ativo e positivo em sua vida agora e no futuro, a educação e a formação de professores em Timor Leste é um fundamento na realização dos objetivos de desenvolvimento nacional de Timor-Leste. Basicamente, a educação é uma experiência nunca terminada, desde que existe vida humana neste mundo. A educação é uma parte da cultura humana e da civilização que continua a crescer. Isto é consistente com a natureza humana que tem o potencial criativo e inovador em todas as áreas da vida. Falar sobre educação e formação dos professores no Timor-Leste, em geral, significa entender que a formação docente é uma tarefa para realizar a vida pessoal e também para programar o futuro dos alunos. Pretende-se saber, na formação dos professores, o seu sentido ou significado. O que é o bom professor? A palavra educar vem do latim *Educare* que significa facilitar e dirigir alguém ou pessoas que não conhece para conhecer melhor do que antes, pelo menos dar conhecimento para alguém que precisar saber (KAILO, 2012).

Além disso, a Lei de Bases da Educação, do Timor-Leste, de 29 de outubro de 2008, assinala que:

Artigo 59. A Constituição da RDTL atribui ao Estado a criação de um sistema público de ensino básico universal, obrigatório e na medida das possibilidades gratuito. Afirma igualmente que o Estado reconhece e fiscaliza o ensino privado e cooperativo. A Lei Fundamental garante a todos os cidadãos o direito e a igualdade de oportunidades de ensino e formação profissional, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da

investigação científica e da criação artística, para além do direito à fruição e à criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural. (TIMOR-LESTE, 2008).

A Lei indica que os cidadãos timorenses têm direito à igualdade para ganhar oportunidades de estudo; têm que receber formação profissional. Os timorenses têm que aproveitar as oportunidades de estudo permitidas pela lei e a formação docente, tema da investigação presente.

Entre as problematizações colocadas para a pesquisa estão: 1. Como a formação dos professores no Timor-Leste responde às necessidades de educação no país? 2. Será relevante para a vida cotidiana dos seus cidadãos?

Este país localizado no continente asiático foi colônia portuguesa entre 1512 e 1975, naquela época os portugueses organizaram o sistema da educação só para os filhos dos reis ou dono de dons. Naquele período não davam oportunidades de educação para todos timorenses, por isso os povos timorenses enfrentaram bastante a falta de conhecimento na área da Educação. Os portugueses criaram a escravidão para os povos timorenses, gerando bastante sofrimento para o povo timorense. Por causa desta atitude dos colonizadores portugueses aumentaram os desafios dos povos. São os seguintes: menos conhecimento na área de educação, mais pobreza e menos saúde. Quando as pessoas não têm oportunidade para aprender, tem impacto negativo para mudar a vida no futuro. Naquela época os povos enfrentaram a falta de conhecimento na área escolar que influenciou muito a vida dos povos timorenses. Timor-Leste passou por um período de 24 anos de guerra contra a Indonésia; neste momento os indonésios implementaram um sistema de educação para todos timorenses, mas não davam oportunidades para povos timorenses atuarem na área. Os timorenses continuaram sem liberdade, de forma violenta e destrutiva, até o referendo de 1999, que garantiu a independência de seu povo. Depois de 1999 Timor-Leste ganhou referendo e publicou a independência no ano 2002. Os timorenses foram libertados da escravidão, ditadura, ameaças e torturas.

Timor-Leste é um pequeno país com uma superfície de cerca de 15.000 km² e uma população de 1.066.582 habitantes (TIMOR-LESTE, Censo 2010), distribuídos em 13 distritos com culturas e línguas próprias. As línguas oficiais são o Português e o Tétum, além de 16 grupos etnolinguísticos e 32 línguas, grande desafio à educação. A população é basicamente rural e se caracteriza por meios de produção

quase que totalmente manuais. Grande parte das ferramentas das fábricas é artesanal.

As leis que regem a educação mostram um descompasso com a realidade em que se apresenta o ensino atualmente neste país.

1.1 QUESTÕES PRELIMINARES

Educação e formação dos professores é uma especialidade dedicada para o bem de um país. Descobrir qual a formação mais adequada ao perfil de cada indivíduo, descobrir a formação de cada professor exige avaliar em que profissão se encaixa melhor, de acordo com suas preferências, estilo de vida. A formação dos professores precisa prepará-lo para analisar em que profissão o indivíduo tem interesse, o que gosta de fazer, o que não suporta: é descobrir a vocação de cada pessoa. Não é uma tarefa fácil, mas tem o objetivo de dar ao indivíduo um futuro profissional, realizado com o que faz e satisfeito com o tipo de vida que escolheu para viver.

Professor é uma pessoa que ensina uma ciência, um conhecimento. Para o exercício dessa profissão, requerem-se qualificações acadêmicas e pedagógicas para que consiga transmitir ou ensinar a disciplina de estudo da melhor forma possível ao aluno. É uma das profissões mais antigas e mais importantes, tendo em vista que as demais, na sua maioria, dependem dela.

Por estas razões, foi do nosso interesse pesquisar a educação e a formação dos professores no Timor-Leste. Nesse contexto, busca formar professores comprometidos com a qualidade do ensino, tanto em termos de aprofundamento do seu profissionalismo, quanto no aprimoramento das práticas docentes. Nosso objetivo geral foi o de analisar a proposta de educação e formação dos professores no Timor-Leste. Para tanto, procuramos neste trabalho, como objetivos específicos, examinar a política educacional do Timor-Leste; recuperar a história da formação do professor no país após o ano de 2000; analisar os programas de formação do professor na atualidade.

1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Análise documental: Embora pouco explorada não só na área de educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as

informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. São considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (PHILLIPS, 1974, p. 187). Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares. (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p. 44-46).

A metodologia adotada neste trabalho foi de natureza qualitativa, contemplando os seguintes procedimentos: análise da produção acadêmica sobre o tema; análise da documentação oficial sobre formação docente no Timor-Leste e da documentação sobre a relação Timor-Leste-Brasil no que tange à Educação e formação docente. Além desses procedimentos, fizemos coleta de informações sobre a composição do corpo docente e sua formação no Timor-Leste.

1.3 A ORGANIZAÇÃO DESTA TRABALHO

O presente trabalho está organizado em três capítulos, incluída esta **Introdução**. No Capítulo 2 – **A produção sobre educação e formação de professor no Timor-Leste** –, apresentamos a produção acadêmica sobre a formação de professores no Timor-Leste e discutimos os principais aspectos destacados pelos autores. No Capítulo 3 – **Educação e formação do professor no Timor-Leste** –, apresentamos a política de formação docente do governo no âmbito da política nacional de formação do povo timorense. Neste capítulo mostramos também como se encontra hoje a situação dos professores atuantes nos vários níveis de ensino em termos de formação específica. Na **Conclusão**, tecemos alguns comentários gerais sobre a política de formação docente no Timor-Leste.

2. BALANÇO BIBLIOGRÁFICO: A PRODUÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSOR NO TIMOR-LESTE

Neste capítulo examinamos a produção de conhecimento sobre Educação e Formação de Professor no Timor-Leste. O objetivo foi o de verificar como os pesquisadores discutem a temática e que questões levantaram para reflexão. Nosso interesse é o de entender quais desafios estão colocados hoje no país e que saídas os autores apontaram.

2.1 A BUSCA DOS MATERIAIS

Os materiais que compõem esse capítulo foram coletados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, em periódicos nacionais e timorenses, em Anais de congressos e assembléias e no Jornal da República, do Timor-Leste. O período privilegiado foi de 2000 a 2012. O início da busca está marcado pelo fato de que foi a partir dos anos de 2000 que o Timor-Leste tornou-se independente. Para selecionar o material utilizei o descritor “Educação e Formação de Professores” e “Timor-Leste” cruzado com as datas de começo e fim da coleta, 2000-2012.

No quadro 1, abaixo, mostro os materiais selecionados, num total de 13. A maior parte é de dissertações (50%), seguida de artigos em revistas (37,5%) e trabalho em anais (12,5%).

Quadro 1 – Número de textos selecionados, todos os materiais e quantidade (2000-2012)

Tipo de Material	Quantidade
Dissertações	6
Artigos em Revistas	5
Trabalho em Anais	2
Total	13

2.2 DISSERTAÇÕES SELECIONADAS

No quadro 2, a seguir, estão às dissertações selecionadas com o descritor “Educação e Formação de Professores”, no período 2000-2012, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Quadro 2 – Dissertações, descritor “Educação e Formação de Professores”, 2000-2012

Ano	Título	Autor	Orientador	País/Instituição
2006	<i>Estudo comparativo entre professores que fizeram e que não fizeram curso de formação docente na República Democrática de Timor-Leste</i>	Agostinho Almeida Fernandes	Antônio Villar Marques de Sá	Brasil UnB (Universidade de Brasília)
2010	<i>Cooperação bilateral Brasil Timor-Leste na profissionalização docente em serviço: perspectivas e desafios do século XXI</i>	Maria Manuela Gusmão	Henrique Carlos de O. de Castro	Brasil UnB (Universidade de Brasília)
2010	<i>A formação de professores de Matemática no Timor-Leste à luz da Etnomatemática</i>	Joaquim do Carmo Belo	José Pedro Machado Ribeiro	Brasil UFG (Universidade Federal de Goiás)
2011	<i>Educação, formação e profissionalização docente no Brasil e no Timor-Leste</i>	Manuel Ferreira	Valter Soares Guimarães	Brasil UFG (Universidade Federal de Goiás)
2011	<i>Formação contínua de professores do ensino não superior em Timor-Leste</i>	Agapito da Costa Jerónimo	Carlos Alberto Pereira de Meireles Coelho	Portugal (Universidade de Aveiro)
2011	<i>Uma abordagem histórico-crítica da formação de professores de Matemática no Timor-Leste</i>	Gaspar Varela	Rogério Ferreira	Brasil UFG (Universidade Federal de Goiás)

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Fernandes (2006), autor do Timor-Leste que realizou estudos no Brasil, falou sobre o conhecimento dos professores, as suas competências profissionais, comparando os que fizeram o curso de formação docente em ensino primário e os que não fizeram no Timor-

Leste. O alvo desta pesquisa se limitou a levantar as três competências profissionais: saber disciplinar, saber curricular e saber da tradição pedagógica. Segundo o autor, os dados coletados com o programa *Statistical Package for Social Science (SPSS)*² revelam que a maioria dos professores que fez curso de formação docente conhece e entende melhor as disciplinas do que os professores que não fizeram. Os professores têm dificuldades de planejar e ensinar, sobretudo a língua portuguesa. O autor baseia-se em Gauthier et al. (1998, p. 28-37) e relaciona os vários saberes necessários ao ensino: “o saber disciplinar, o saber curricular, o saber das ciências da educação, o saber da tradição pedagógica, o saber da experiência e o saber da ação pedagógica”. Estas competências profissionais, segundo Fernandes (2006), não são atributos comuns à maioria dos professores de Timor-Leste.

Gusmão (2010), autora do Timor-Leste que estudou no Brasil, trata da cooperação bilateral entre os dois países para aprofundar relações na área da educação. Discute o sistema de educação e de formação em serviço de professores do ensino primário no Timor-Leste e as suas implicações sob as perspectivas e desafios do século XXI. A autora afirma que a educação e a formação, tanto inicial quanto continuada, são desafios ao Ministério da Educação do Timor. Essa tarefa exige uma reflexão para se encontrarem soluções adequadas. Esse desafio que se enfrenta no Timor-Leste é uma das barreiras mais fortes: a educação e a formação dos professores para melhorar a qualidade da educação.

O Ministério da Educação, como importante instituição na capacitação intelectual de recursos humanos, enfrentou graves problemas como: as infraestruturas escolares quase na sua totalidade foram destruídas, queimadas e vandalizadas pelo militares indonésios; o sistema educativo estava por definir; a carência do pessoal docente tanto na quantidade como na qualidade devido ao abandono de professores indonésios quando a Indonésia saiu do Timor; a explosão do número de crianças em idade escolar, assim como dos jovens³; a falta de um

² É um *software* para análise estatística de dados, em um ambiente amigável, utilizando-se de menus e janelas de diálogo, que permite realizar cálculos complexos e visualizar seus resultados de forma simples e autoexplicativos.

³ No tempo da ocupação pela Indonésia implementou-se a ditadura militar; então os jovens não tinham oportunidades para entrar na escola. Eles subiram à montanha ou entraram no mato clandestinamente. Depois da independência, quiseram continuar na escola, mas sua idade que não era a mesma dos outros

currículo ajustado à realidade timorense; o problema da língua de instrução⁴; a inexistência de uma lei para regular o sistema o educativo.

O texto de Belo (2010), autor do Timor-Leste que realizou estudos no Brasil, trata da educação escolar praticada em três períodos: fase da colonização portuguesa (1522-1975), fase da invasão Indonésia (1975-1999) e fase do Timor-Leste independente (2002-atual). Trata em particular da formação dos professores de Matemática. As três fases significam: no tempo colonial português (1522-1975) a educação não era uma oportunidade para todos os timorenses, só para as pessoas que tinham dinheiro, o rei ou os filhos dos que tinham dons. Estes eram os responsáveis pelos timorenses que trabalhavam na estrutura hierárquica da Coroa. Neste momento poucas pessoas estudavam. No segundo momento, temos a invasão Indonésia que afirmava dar oportunidades para todos os timorenses, mas os militares indonésios fizeram uma ditadura militar e os jovens não tiveram oportunidades para estudar e também os timorenses foram proibidos de falar a língua portuguesa. No terceiro momento, da independência (1999) até agora, tem-se oportunidade para todos os timorenses irem à escola para desenvolverem a nação. Esta é uma fase em que se está construindo o país, se enfrenta muitas dificuldades na educação. A área de Matemática é a mais importante, porque o sistema de educação no Timor-Leste não está ainda bem avançado.

Ferreira (2010), autor do Timor-Leste que terminou estudos no Brasil, analisou a formação e profissionalização docente e abordou os aspectos básicos da formação docente e as perspectivas de profissionalização, caracterizadas como: (1) Sociologia das profissões; (2) Discurso oficial; (3) Sócio-histórica e (4) Especificidade da profissão docente. Abaixo segue uma citação do autor:

A principal referência para a discussão da profissionalização docente é Guimarães (2006), pois para esse autor a profissionalização dos professores pode ser caracterizada em quatro perspectivas básicas: (1) “Enfoque da Sociologia das profissões”, vinculado à discussão do estatuto profissional das profissões; quais ocupações

jovens, a idade normal. Os jovens estão bastante defasados em relação à idade-série.

⁴ No tempo da ocupação Indonésia, os militares Indonésios proibiram falar a língua portuguesa; agora os timorenses enfrentam desafios em relação ao uso da Língua Portuguesa.

seriam ou não profissão; (2) “Enfoque oficial”, vinculado ao contexto dos discursos oficiais sobre formação de professores; (3) “Enfoque Sócio-histórico”; e, por último (4), “Enfoque da especificidade da profissão docente” que leva em conta o contexto histórico e o que é específico às diversas atividades, no caso, da educação escolar que é o espaço principal de atuação dos professores. (FERREIRA, 2010, p. 19).

O texto indica que uma educação para melhorar precisa considerar alguma caracterização de outros autores que falam sobre a profissionalização para ajudar a área educacional.

Jerónimo (2011), autor do Timor-Leste que realizou estudos em Portugal, escreveu que a reconstrução de Timor-Leste, como nação, passa pela educação e em primeiro lugar pela formação de professores. A par da formação inicial torna-se ainda mais urgente à educação e formação contínua dos professores do ensino não superior no Timor-Leste que estão em serviço.

Os textos sugerem uma (re)-qualificação dos professores, possibilitando-lhes saber conhecer, saber refletir, saber transmitir, saber fazer e saber conviver, como dimensões fundamentais da competência profissional dos professores para o melhor desempenho das funções letivas. Sugerem ainda formar cidadãos /recursos humanos competentes melhorando a qualidade de suas vidas e contribuindo para o desenvolvimento do país. (JERÓNIMO, 2011, p. 57).

Significa que é para qualificar os professores e também melhorar a educação do país construindo uma nação de boa qualidade. Por isso, os professores precisam conhecer bem o que eles vão fazer, além disso, devem refletir sobre o que fazem e depois transmitir o conhecimento. Sendo assim, os professores tem uma responsabilidade maior para contribuir com uma nação de qualidade.

Varela (2011), timorense que estudou no Brasil, falou que, após o duradouro período de lutas físicas e armadas no passado do Timor-Leste, a educação possivelmente seja o principal caminho para a continuidade do movimento de transformação, conscientização e autonomia individual e coletiva do povo. Esse trabalho busca fazer uma análise histórico-crítica acerca da formação de professores de Matemática no contexto timorense. Buscou refletir sobre a necessidade

de conscientização e transformação da sociedade timorense, tendo como diretriz a valorização da realidade sociocultural do país.

Durante vinte e quatro anos houve luta pela independência contra os invasores da Indonésia, os timorenses sofreram muito e não tiveram condições para continuar os estudos, por isso, depois da independência, os timorenses querem melhorar a educação do país. Os povos timorenses querem realizar os sonhos que tinham quando estavam em luta com os inimigos. Eles querem transformar suas vidas através da educação conforme a necessidades e a capacidades deles.

2.3 ARTIGOS EM PERIÓDICOS E TRABALHO EM ANAIS

Neste item, apresento os artigos em periódicos e os trabalhos em anais selecionados para estudo. O quadro 3, que segue, organiza as informações conseguidas.

Quadro 3 - Artigos em Revista, Trabalho em Anais, Jornal da República (2000-2012)

Ano	Título	Autor	País /Instituição
2005	<i>Educação de pessoas adultas Contribuições ao currículo de EJA formação do/a educador/a Lorosa'e</i>	Antonia Píncano, João Alberto Paschoa, Lourdes Bento, Maria de Fátima Chassot e Pedro Silva	Alfabetização solidária-pas agência brasileira de cooperação-abc Timor-Leste construindo o futuro (Doc.)
2009	Profissionalização dos professores: conhecimentos, saberes e competências necessárias á docência.	Roberto Valdés Puentes, Orlando Fernández Aquino e Armindo Quillici Neto	Brasil UFPR <i>Revista Educar</i>
2010	Formação em avaliação como um caminho para a profissionalização docente	Cristina Zukousky Tavares	Portugal UNASP <i>Revista Lusófona de Educação</i>
2012	Enfocando a formação de professores de ciências no Timor-Leste	Suzani Cassiani, Irlan Von Linsingen e Graziela Lunardi	Brasil UFSC <i>Revista de Educação em Ciência e Tecnologia</i>

2012	Formação de professores de língua portuguesa: impressões de viagem	Denise Brasil A. Aguiar	Brasil (UERJ) <i>Revista Querubim</i>
2013	Alguns desafios da formação de professores em Timor-Leste: um relato sobre a formação continuada na disciplina de tecnologias e multimídia	Gisele Joaquim Canarin e Ricardo Teixeira Canarin	Brasil (Universidade de Tubarão) <i>Trabalho em Anais</i>
2013	Formação de professores em Timor-Leste: desafios e perspectivas	Gisele Joaquim Canarin e Ricardo Teixeira Canarin	Brasil (Universidade de Tubarão) <i>Trabalho em Anais</i>

Fonte: Banco dos artigos em Revista, Trabalhos em anais, Jornal da República da CAPES.

Píncano et al. (2005) com os seus parceiros, brasileiros, fizeram intercâmbio no Timor-Leste. Seus objetivos eram compreender as práticas dos professores por intermédio de narrativas orais, relatos escritos, materiais didáticos produzidos por eles, visando possibilitar que o próprio sujeito compreenda sua formação – o modo como aprende e se qualifica. Em seguida citam o que cada pessoa tem que aplicar à formação que já tem. Neste momento os formandos aplicam o que estão aprendendo para melhorar no futuro os indivíduos nas áreas de formação que frequentaram. Após, os formandos aprenderam também sobre como é a formação inicial dos professores e o currículo do profissional na área da alfabetização para educador.

Puentes, Aquino e Neto (2009, p. 169), brasileiros, citam os conhecimentos, saberes e competências para a docência:

Os autores chegaram a quatro conclusões-
primeiro é enorme a variedade de autores que têm pretendido ordenar a pluralidade, composição e heterogeneidade dos saberes profissionais dos professores; segundo, as próprias classificações e tipologias elaboradas, como resultado desses estudos, são tão plurais, diversas e heterogêneas como seu objeto de análise o que torna impossível uma comparação entre elas; terceiro, a proliferação de classificações e tipologias em lugar de melhorar a compreensão dos saberes por elas estudado, aumentou sua complexidade e os

tornaram menos inteligíveis; quarto, apesar da diversidade de enfoques serem plural, diversa e heterogênea, o significado conceitual é quase o mesmo nos onze autores estudados.

Tavares (2010), brasileira, falou sobre criar uma estratégia para refletir sobre a formação e a avaliação dos professores para desenvolver sua capacitação. Além disso, a autora critica a formação dos professores e defende a criação de uma área de reflexão para desenvolver os alunos na academia ou na educação formal, tanto na Educação Básica quanto na superior. Esse é um motivo para fazer uma avaliação entre os docentes.

Os estudiosos brasileiros Cassiani, Linsingen e Lunardi (2012) pensam sobre a formação de professores de Ciências no Timor-Leste. Citam as qualidades do ensino que tem que estar a par com a formação dos professores. Se os professores não têm uma formação de qualidade, então ainda tem que melhorar a qualidade de ensino na escola.

Aguiar (2012), brasileiro, falou que a formação dos professores é uma base para aplicar e desenvolver a capacidade dos alunos. Se não aplicar no ensino a formação dos professores, os alunos enfrentarão desafios grandes na educação.

Canarin e Canarin (2013a, 2013b), brasileiros, fizeram intercâmbio no Timor-Leste para ajudar na formação dos professores e aprofundar também a língua portuguesa. Este é um dos desafios encontrados na formação dos professores do país. Eles relatam os desafios e as perspectivas na formação de professores em língua portuguesa, por ser a língua oficial do país. Essa é uma área que exige tratamento imediato para melhorar a língua. Neste contexto, apontam as principais dificuldades encontradas na disciplina de Tecnologias e Multimídia, na formação continuada realizada pelos professores cooperantes brasileiros em Timor-Leste. Assim, analisam as questões referentes à estrutura da formação de professores oferecida pelo programa PQLP5/CAPES-2013. Eles dissertam sobre alguns desafios encontrados na formação de professores, mais especificamente na área de tecnologia e multimídia, porque essa área é nova no currículo.

3. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO TIMOR-LESTE

A análise documental é para compreender a política educacional do Timor-Leste no período de 2000 a 2012. Portanto, os documentos estudados são ligados à temática de pesquisa, a educação e a formação dos professores no Timor-Leste conforme o governo planejou.

Esse trabalho de pesquisa tratará do *Plano Estratégico de Desenvolvimento Timor-Leste 2011-2030* (PED) (TIMOR-LESTE, 2011) que, depois de quatrocentos e cinquenta anos da colonização de Portugal e vinte e quatro anos da ocupação Indonésia, o nosso governo planeja a independência; logo após independência queremos aplicar esse sonho para realizar no Timor-Leste.

De 1512 a 1975, quando o Timor-Leste era colonizado por Portugal, eles programam sistema de ditadura militar, escravidão e também exploração. Neste momento não davam oportunidade para todos os timorenses entrarem na área escolar. Só davam oportunidades para as pessoas que tinham poder, filho do rei ou dono de dons, por isso não tem mais as pessoas que têm conhecimentos sobre a educação ou maioria as pessoas não são alfabetizados. Posteriormente, não contribuem para o desenvolvimento no Timor-Leste aumentando a fragilidade na área conhecimento da educação em geral. Depois da invasão da Indonésia entre 1975 e 1999 tem mudança um pouco para os timorenses, só que não dão oportunidades para os timorenses para terem liberdade. Então todo mundo sempre teve a violação dos direitos humanos; era a ocupação Indonésia, a maioria dos timorenses participaram de ação, de manifestação contra os indonésios. Os militares indonésios fizeram ação de tortura e abdução, também desconfiaram de que os timorenses tivessem ligação com os guerrilheiros na montanha ou fazer clandestina. Então os timorenses criam uma organização para lutar contra os indonésios, para ter liberdade ou ganhar a independência, para ficarem livres da escravidão e exploração.

E o período da Organização das Nações Unidas (ONU) começa em 1999 como o governo de transição até 2002, que foi liderado pela sua excelência Sr. Sergio Vieira de Melo, no mandato de governo transição conseguiu formar o sistema do estado de Timor-Leste e criar a constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), depois no dia 20 de maio 2002 como dia da restauração da independência de Timor-Leste.

Agora nosso país já tem independência, por isso quer aplicar esse *Plano Estratégico de Desenvolvimento* (TIMOR-LESTE, 2011) para

construir nosso país conforme o que foi planejado antes de independência. Esse documento foi publicado em 2011 na época do Quatro signfica etapa de governação, Governo Constitucional da Aliança Maioria Parlamentar (AMP) e foi liderado pelo atual Primeiro Ministro de Timor-Leste, sua excelência Xanana Gusmão.

Esse documento divulga o que foi planejado pelo governo e os ministérios para todos os timorenses. O documento está organizado em sete capítulos, o capítulo dois fala sobre o tema do projeto de pesquisa sobre a educação e formação de professores no Timor-Leste.

É interessante desenvolver uma análise desse capítulo porque é específico sobre a educação para formar e educar as pessoas e a educação é a chave para melhorar o mundo. Quando um país quer se desenvolver precisa educar bem os recursos humanos senão, não terá o melhor país. A educação é muito importante para mudar a vida e também mudar o mundo. O texto se refere aos cidadãos timorenses, para manter a paz, recuperar a estabilidade entre os timorenses e atingir o desenvolvimento do povo timorense conforme a meta do plano da nossa nação Timor-Leste.

O PED traz que “A verdadeira riqueza de qualquer Nação é à força do seu povo. A maximização da saúde, educação e qualidade de vida gerais do povo timorense é essencial para se conseguir uma nação justa e desenvolvida” (TIMOR-LESTE, 2011, p. 18). O documento indica que para concretizar os objetivos acima precisa de melhoria na área de educação, precisa transformar a vida por meio da educação para ter o desenvolvimento no país. A educação é a chave para construir um bom país, desenvolvido e próspero. Precisa de recursos humanos qualificados a fim de promover o país, para um futuro melhor. Portanto, o país deve produzir recursos humanos com uma qualidade de educação mais maduro.

Para Diniz (2011, p. 8):

A defesa da formação qualificada dos profissionais da educação constitui-se um desafio, pois, as reformas educacionais vêm reforçando a ausência do estado do dever de garantir à população o acesso à educação pública de qualidade no espaço das instituições públicas. A estratégia reformista tem sido utilizada como justificativa para corrigir os defeitos e fracassos existentes no campo educacional, sem, contudo conseguir eliminar ou superar os problemas existentes. Nesse sentido, fica evidente que a crise

de identidade profissional do pedagogo, sobretudo nas últimas três décadas é também reforçada pela massificação da própria pedagogia no Brasil decorrente das políticas educacionais implantadas no país.

De acordo com autora, a formação para a qualidade da educação é muito importante para reforçar e garantir o acesso à qualidade de educação para todos, além disso, através dessa política de formação para diminuir os problemas que o país enfrentou então o estado criou essa estratégias para manter a qualidade de educação pública.

O documento está focado em três partes: Capital Social, Desenvolvimento de Infraestruturas e Desenvolvimento Econômico. Neste trabalho, discutiremos o primeiro aspecto.

3.1 CAPITAL SOCIAL

No capítulo referente ao capital social o documento aprofundou mais nos recursos humanos, porque, de acordo com o projeto político, os recursos humanos são o centro para implementar o desenvolvimento no país. É preciso reforçar os recursos humanos, a solidariedade e todo mundo deve ser igual. Por isso o governo tem preocupação com os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*⁵, com oito objetivos: acesso a serviços básicos e condições de habitação decentes, cuidados de saúde, nutrição, educação, água potável e saneamento adequado e infraestruturas básicas, incluindo estradas, comunicações e energia. Ao mesmo tempo, o governo reflete sobre história, cultura e patrimônio únicos. Portanto, na área capital social o governo pretende melhorar a vida do povo timorense através da educação, saúde e inclusão social. Conforme Evangelista e Shiroma (2004, p. 2):

Tais conceitos supõem uma espécie de “companheirismo social” pelo qual “os que têm” colaboram com “os que nada têm” ou “têm pouco”. Esse viés humanitário deveria estar na base da construção de políticas educativas – e sociais – viabilizadoras da convivência harmoniosa em sociedade, composta de “parceiros” – Estado, mercado, sociedade civil – que se irmanam na luta por melhores condições de

1 *Objetivos de Desenvolvimento de Milênio* é um documento que responde às questões que os povos enfrentam (TIMOR-LESTE. ONU, 2009).

vida, entre outros apelos que só as elites dominantes são capazes de produzir quando o que está em causa é sua hegemonia. A intenção do estado no sentido do propôr políticas humanitárias pode ser observada no *slogan* “educação para combate à pobreza”, que se sobrepõe ao da “educação para competitividade”, tão em voga nos anos de 1990. A linguagem dos documentos oficiais foi, portanto, modulada ao longo da década, incorporando os conceitos autonomia, inclusão, *empowerment*, comunitarismo, terceiro setor, responsabilidade social, entre outros.

De acordo com as autoras, sobre as questões aqui mencionadas, através da educação pode se melhorar a vida. Por isso, todo mundo se preocupa com a educação, para desenvolver o país, além disso, com menos pobreza, terá a estabilidade que bem organiza o país.

3.1.1 Educação e Formação

A educação e a formação são as chaves para melhorar as oportunidades de vida do nosso povo e ajudá-lo a concretizar todo o seu potencial. A educação é um instrumento para capacitar as pessoas; as crianças timorenses devem ir à escola e receber uma educação de qualidade para o desenvolvimento do país. Por isso, o governo quer concretizar esta visão e remover as barreiras no acesso à educação para garantir a qualidade da educação. Nesse caso, o povo timorense precisa melhorar a qualidade e a equidade da educação para atingir resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis. Além disso, o governo tem de expandir o investimento no sistema educacional para garantir a infraestrutura e o docente para dar às crianças acesso a um ensino de qualidade, independentemente de onde residam. O documento mostra também os desafios tremendos nesse setor da educação, porque a percentagem de juventude na população é uma grande oportunidade para formar capital humano e construir uma nação emergente. Portanto, o governo se esforça para atingir o sistema de ensino.

O número de alunos na escola pré-primária e na primária aumenta e no secundário e superior também. Em termos de quantidade, como de qualidade, é um grande desafio para Timor-Leste. Através da formação de professores pode-se formar e capacitar os timorenses com educação, melhorar o povo e contribuir para o processo de desenvolvimento de Timor-Leste. Em particular, o governo criou uma política para aumentar

o número de crianças matriculadas no ensino básico, restando a urgência em continuar a melhorar a sua qualidade. Através dessa visão, o governo programa manter a boa qualidade de ensino; a educação e a formação de professores são importantes para concretizá-la e dar um futuro melhor.

Essa orientação está de acordo com a Lei de Bases da Educação, nº 14/2008, de 29 de outubro artigo 1º, que indica: “Compete ao Estado assegurar a disponibilidade de docentes com a formação qualificada adequada e demais recursos humanos, bem como das infraestruturas e meios financeiros necessários com vista a garantir uma educação de qualidade” (TIMOR-LESTE. JORNAL DA REPÚBLICA, 2008).

Para alcançar os objetivos propostos, foram traçadas *Estratégia e Ações* da Pré-escola ao Ensino Superior, que começaram em 2011 e irão até 2030, porque essa política foi planejada após a Independência. Nesse período o governo, porém, não só realizou políticas na área da educação, mas também nas outras áreas, por exemplo, no desenvolvimento econômico, social e político da nossa nação:

Até 2030, iremos investir em educação e formação conforme a política do governo a educação e a formação dos professores como prioridade para elevar a capacidade dos professores e a qualidade do ensino de aprendizagem, a fim de garantir que o povo timorense estará a viver numa Nação onde as pessoas são instruídas e cultas como formar as pessoas que ser transmitir o conhecimento ou ensinar e ser civilizado, capazes de viver vidas longas e produtivas para serem as pessoas que terá a qualidade de viver e produtividade no processo desenvolvimento para contribuir a nação, com oportunidades para acederem como a participação a um ensino de qualidade que lhes permita participar no desenvolvimento económico, social e político da nossa Nação. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 20).

O governo implementa essas estratégias e ações e procura concretizar as metas educacionais, com uma abordagem de sistema de ensino acessível e de qualidade, assente numa comunidade segura e saudável com maior estabilidade econômica por parte das famílias.

3.1.2 Estratégias e Ações do Ensino Pré-escolar ao Ensino Superior

O documento apresentou que somente 11% das crianças timorenses dos três aos seis anos de idade frequentam atualmente o ensino pré-escolar; os estudos internacionais demonstram que a frequência do ensino pré-primário dá as crianças vantagens substancial para a sua instrução posterior. Por isso, precisa aumentar o número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar, para garantir e aproveitar máximo as oportunidades que lhes irão surgir mais tarde. Em 1999 havia 3.835 crianças no ensino pré-escolar em Timor-Leste; dados recentes relativos ao ano 2010/2011 indicam que existem 180 escolas pré-escolares frequentadas por 10.159 crianças, nas quais trabalham 238 professores (muitas vezes ajudados por auxiliares de educação), sendo as matrículas urbanas muito superiores às das zonas rurais. 140 das 180 escolas pré-escolares são apoiadas pelas comunidades, para elas muito importantes. Por isso, a qualidade de ensino pré-escolar é reduzida, não havendo ainda currículo e programa de orientações pedagógicas uniformes. O governo quer uniformizar o currículo para manter a qualidade da educação. Os idiomas locais serão usados como idiomas de ensino e aprendizagem no primeiro ciclo do ensino básico para operar uma transição para a aquisição das línguas oficiais de Timor-Leste, Português e Tétum. O governo planejou que até 2015 seriam construídas pelo menos 253 novas escolas pré-escolares com 758 salas de aula, sendo que até 2030, serão construídas mais 169 escolas pré-escolares com 506 salas de aula. Essa expansão com qualidade, segundo o governo, impactará os professores: “Serão desenvolvidos programas de formação de qualidade para professores, em nível teórico e prático, sendo estes, formados em metodologias pedagógicas apropriadas a educação pré-escolar” (TIMOR-LESTE, 2011, p. 20).

O documento mostra que o sistema de ensino em Timor-Leste estava organizado no modelo 6-3-3: seis anos de ensino primário, três anos de ensino pré-secundário e três anos de ensino secundário. Desde 1999, Timor-Leste investiu principalmente no ensino primário ou básico, pois havia apenas 65 professores no pré-secundário (hoje tem 2.412).

Até 2015, 88% de crianças na idade correta deveriam estar matriculadas do primeiro até ao sexto ano de escolaridade. Esse percentual foi ultrapassado em 2011, alcançando 90% de crianças na idade correta matriculadas no ensino básico. Os desafios atuais incluem:

- Apenas 37.5% dos alunos têm a idade escolar oficial quando entram para a primeira classe, o que significa que 62.5% dos alunos entram para a escola mais nova ou mais velha do que deveriam ser. Mais concretamente, 26% dos alunos são um a dois anos mais velhos, 8.6% são três ou mais anos mais velhos, e 26.8% são mais novos.
- Em 2010, menos de 54% das crianças com seis anos de idade iniciaram a primeira classe.
- Mais de 70% das crianças abandonam os estudos antes de chegarem ao nono ano. A maior taxa de abandonos regista-se nos primeiros dois anos do ensino primário.
- As crianças estão a demorar demasiado tempo a concluir o ensino básico. Cada criança precisa em média de 11.2 anos para concluir o sexto ano de escolaridade.
- Existem mais rapazes do que raparigas na escola. Por cada dez rapazes matriculados no ensino primário e secundário existem nove raparigas. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 21-22).

Conforme menciona o documento, os desafios são agravados por um rápido crescimento populacional. Com um número cada vez maior de crianças, será necessário aumentar em um terço as matrículas de crianças com seis anos, passando de 30.000 em 2011 para 39.000 em 2015, o que criará um aumento considerável de professores, salas de aula e gastos com educação.

Os progressos em termos de acesso ao ensino básico levam a buscar resolver a qualidade da educação, reduzida. Mais de 75% dos professores não estão qualificados de acordo com os níveis exigidos por lei. Também o currículo é inadequado para lidar com as necessidades de desenvolvimento da Nação. O governo propõe para implementar a formação de professores para a qualidade da educação no futuro. Para melhoria significativa no sistema de ensino básico é preciso reformas incluindo:

- Investigação análise e respostas aos fatores que prejudicam as matriculam e que provocam o abandono escolar.
- Garantia de que as escolas dispõem dos edifícios e instalações necessárias ao ensino proporcionalmente ao forte crescimento populacional das crianças em idade escolar.

- Aumentar substancialmente a qualidade do ensino, através da melhoria da formação de professores, pelo Instituto Nacional de Formação de professores e da melhoria da gestão dos recursos humanos.
- Desenvolvimento e implementação de um currículo moderno e relevante, disponibilizando materiais de ensino e aprendizagem de qualidade para todos os professores e alunos.
- Implementação de um novo e descentralizado sistema de gestão escolar que garanta a provisão de educação de qualidade de forma eficiente, acessível e sustentável. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 23).

O ensino secundário em Timor-Leste está dividido em escolas secundárias gerais e escolas secundárias técnicas. Em 2010 o número de alunos no ensino secundário (incluindo escolas técnicas) era de 40.781, com 2.073 professores empregados no sistema de ensino secundário. O setor privado é responsável por 31% do total das matrículas e 43% no distrito de Dili. Existem atualmente 91 escolas secundárias em Timor-Leste, das quais 74 são gerais (43 públicas e 31 privadas) e 17 são técnicas (12 públicas e cinco privadas). Atualmente o número de alunos que conclui os estudos nas escolas técnicas é extremamente baixo, 12% dos jovens em idade apropriada terminam.

Programa-se uma formação de professores para garantir o futuro. O governo aumentará o conhecimento para os professores desenvolverem a qualidade da educação através da formação de professores para a qualidade da educação no país. Nesse documento há muita preocupação com a formação dos professores porque os professores são importantes para renovar a qualidade de ensino e a reconstrução nacional do país.

Especificamente, as reformas ao ensino secundário irão exigir:

- Um aumento na capacidade das escolas secundária para absorverem um maior número de alunos que conclui o ensino básico. Tal requer o desenvolvimento de um plano abrangente para dar resposta à necessidade em termos de infraestrutura por parte das escolas secundárias gerais e das escolas secundárias técnico-profissionais. Em particular, será necessário que haja escolas técnicas modernas e atualizadas capazes de

absorver até 60% da população em idade de frequentar o ensino secundário.

- A substituição de escolas antigas que não se encontram em funcionamento por escolas modernas com capacidade para acolher um maior número de alunos. Serão criados centros técnicos de excelência em várias regiões, nas áreas da economia, agricultura e engenharia, bem como, cursos relacionados com os sectores dos serviços, turismo e hotelaria.

- Desenvolvimento de um novo currículo que incida no desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e qualificações intelectuais e sociais, bem como na promoção de qualificações criativas e de resolução de problemas, qualificações de comunicação e pensamento crítico. O novo currículo para o ensino secundário técnico assentará nas necessidades de mercado, com incidência em: (i) agricultura, (ii) engenharia aplicada (mecânica, elétrica e eletrônica) e (iii) serviços, especialmente orientados para a gestão de empresas e turismo. Ira incluir ligações formais a indústria e ao mercado de trabalho com vista a dar aos alunos a experiência necessária de trabalho a nível nacional e internacional. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 24-25)

Um aspecto importante do acesso à educação refere-se à oferta de Ensino Recorrente e Educação ao Longo da Vida. Segundo a política educacional atual do Timor-Leste:

O ensino recorrente destina-se às pessoas acima da idade escolar normal e que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade normal. O ensino recorrente incorpora o programa da Campanha Nacional de Alfabetização, cursos pós-alfabetização e programas de ensino básico e equivalência. Em Maio de 2011, 120.934 alunos tinham terminado a Campanha Nacional de Alfabetização. O Programa Nacional de Equivalências ministra cursos acelerados de aprendizagem que dão qualificações equivalentes ao ensino básico àqueles que não tiveram oportunidade de estudar, quando tinham a idade

normal para o fazerem. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 28).

Terá formação para todos, concretizando a equidade, tanto em relação ao acesso ao conhecimento formal, quanto não formal. Esse programa visa combater o analfabetismo, porque a maioria dos timorenses não teve ensino escolar na idade normal.

O documento trata, ainda, da qualidade do ensino superior, dividido em ensino superior técnico e ensino universitário, ambos financiados para garantir o máximo de acesso, equidade e qualidade aos alunos. Atualmente, o setor do ensino superior está a lidar com várias questões essenciais que requerem uma abordagem ampla e efetiva, incluindo:

- O desenvolvimento e implementação de novos quadros reguladores e mecanismos de financiamento para instituições de ensino superior públicas e privadas.
- O estabelecimento de um Quadro Nacional de Qualificações.
- A continuação do desenvolvimento da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Acadêmica (ANAAA), responsável por determinar padrões e critérios que garantam a qualidade de todas as instituições de ensino superior.
- O desenvolvimento de um sistema administrativo eficaz para coordenar todas as intervenções do governo em nível do ensino superior e estabelecer alvos e orçamentos prioritários.
- O estabelecimento de institutos superiores politécnicos que assegurem os recursos humanos qualificados necessários, ao desenvolvimento de Timor-Leste. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 25).

Antes de 2004, havia 17 instituições de ensino superior com mais de 13.000 alunos. No início de 2011, existiam 11 instituições, nove das quais com acreditação acadêmica, servindo cerca de 27.010 alunos. Desde 2009 as matrículas de jovens do sexo feminino no ensino superior melhoraram em 70%.

Existem 10 instituições privadas de ensino superior em Timor-Leste, as quais precisam melhorar a qualidade e a relevância dos seus cursos para melhor corresponder às necessidades sociais e econômicas do País. Isto inclui o aumento de cursos superiores orientados para as

necessidades do mercado de trabalho e para a melhoria do desenvolvimento geral do conhecimento nas áreas da inovação e do setor empresarial. Para responder aos desafios futuros, os dois ramos do ensino superior deverão concentrar-se na concretização dos seguintes objetivos:

- O ensino técnico pré-secundário irá oferecer cursos aplicados especializados, com a duração de um ou dois anos, que visarão o desenvolvimento de capacidades práticas de resolução de problemas, ao mesmo tempo, que desenvolvem capacidades educacionais mais amplas. Serão ministrados cursos em institutos politécnicos ou em institutos contratados ligados a politécnicos, sendo que os cursos conduzirão a qualificações de nível de diploma.
- O ensino universitário incidirá na investigação e criação de conhecimentos, com uma preparação científica, técnica e cultural ampla para a continuação dos estudos ou para a entrada no mercado de trabalho. Os cursos serão ministrados em universidades, institutos ou academias e conduzirão a bacharelados, licenciaturas, mestrados e doutoramentos. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 27).

Para atingir estes objetivos, o governo irá:

- Implementar um sistema forte regulador de garantia de qualidade através (i) do registo de todas as qualificações nacionais num Quadro Nacional de Qualificações (ii) do desenvolvimento continuado do órgão nacional de garantia de qualidade, a Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Acadêmica, que será responsável por determinar padrões e critérios de garantia de qualidade para todos os cursos de ensino superior.
- Desenvolver um sistema administrativo eficaz para coordenar todas as intervenções do governo em nível do ensino superior e estabelecer alvos e orçamentos prioritários.
- Estabelecer Institutos Politécnicos, incluindo um para cada um dos nossos sectores industriais estratégicos. Isto incluirá um Politécnico de Engenharia, um Politécnico relacionado com a

indústria petrolífera, a ser estabelecido no Suai, um Politécnico de indústria de serviços, abrangendo turismo e hotelaria, a ser localizado em Lospalos, e um Politécnico de Agricultura a ser estabelecido na costa sul. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 27).

O governo continuará empenhado em desenvolver um sistema de ensino superior de qualidade que preste serviços educacionais de acordo com os padrões de qualidade reconhecidos nível internacional.

O governo quer criar essa política para garantir uma boa qualidade de educação, para formar alunos capazes e qualificados; implementou políticas no ensino superior para garantir sua acreditação. O governo propõe a formação de todos os professores no ensino superior para formar os alunos que apliquem na área escolar seus conhecimentos para as novas gerações.

3.1.3 Projeto Nacional de Formação

O programa político do governo timorense assumiu um Compromisso Nacional de Formação com o conseqüente empenho em criar um Sistema Nacional de Formação. Enquadram-se nele os programas de Inclusão Social, de Educação e de Formação Vocacional. O parlamento nacional no Timor-Leste aprovou um pacote de formação para os timorenses receberem uma formação de boa qualidade. O governo se preocupa com a formação de professores, pois esta aprofunda a vida humana. O governo quer capacitar e renovar a vida das pessoas para voltarem ao mundo do trabalho, se não a vida de cada pessoa vai ser frágil. Quando as pessoas têm fragilidade, o país pode enfrentar fraqueza no desenvolvimento interno.

O governo desenvolve também a Política Nacional de Conteúdos Laborais para aplicar a formação a todo mundo, através desta formação o timorense poderá ter uma qualidade de vida. Uma coisa muito interessante desse programa é melhorar a vida, então, pelo menos, um problema grande já resolveu ou ajuda bastante no desenvolvimento deste país. Por isso, o governo implementa essa política para atrair os cidadãos timorenses para ser melhor. O governo criou uma parceria internacional para garantir a qualidade de vida, porque os timorenses precisam se adaptar, como outros países, para desenvolver a nação.

A formação vocacional incidirá na formação de uma força laboral qualificada capaz de responder

as necessidades da nossa Nação em termos de emprego e desenvolvimento. Para concretizar as nossas metas serão necessárias as seguintes ações:

- O sistema de formação de Timor-Leste continuará a ser desenvolvido e financiado.
- Um Compromisso Nacional de Formação prestará oportunidades de formação a todos os timorenses.
- Uma Política Nacional de Conteúdos Laborais garantirá que as empresas internacionais e nacionais prestam oportunidades de formação.
- Será feito investimento em instalações de formação e em pessoas.
- Será desenvolvido um Plano de Educação e Formação Técnicas e Vocacionais. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 31).

O documento dá importância para a formação de professores por causa que a formação de professores faz parte do desenvolvimento humano. O governo sempre chama atenção para a importância da formação dos professores para desenvolver a vida humana. Nesse caso, o governo implementa esse programa para renovar a vida pessoal através dessa formação.

- Padrões de qualificações nacionais em todas as principais ocupações.
- Currículos nacionais para todos os programas de formação registados.
- Um sistema para possibilitar a prestadora de formação registados do governo, comunidade e sectores não governamentais prestarem formação acreditada. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 31-32).

A Formação Técnica e Vocacional é implementada para formar as pessoas para ter uma vida melhor no futuro e favorecer o desenvolvimento humano no país. O objetivo é desenvolver uma nação e ter educação e formação de qualidade, tanto qualidade de vida quanto profissional nas várias áreas. Porém, o governo programou essa formação para produzir uma educação e formação de qualidade, educação e formação técnica e vocacional em Timor-Leste.

Para viabilizar o programa de formação para o trabalho foi criado um Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano, porque o capital humano é muito importante no país. Um bom país, que se está construindo, sempre precisará dos recursos humano de qualidade para

desenvolver deste país. Por isso, o governo aplica a formação humana, para ajudar desenvolver este país. Nesse sentido, o governo sempre tem preocupação com a formação docente no país: para realizar a qualidade de vida especificamente no capital humano. Os objetivos do fundo são:

- Garantir o financiamento do investimento público na formação e desenvolvimento de recursos humanos.
- Proporcionar uma abordagem governamental coordenada.
- Proporcionar garantia na negociação e execução de acordos, programas e projetos que se estendem além de um ano.
- Promover a transparência e responsabilidade através de melhoria dos sistemas de informação para os programas de implementação e projetos de formação. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 35).

O compromisso do Estado timorense exige investimento em instalações de formação e nas pessoas. A formação das pessoas é importante para mudar a vida; então o governo planeja que todo timorense deve participar deste programa. A educação e a formação de professores no Timor-Leste é muito importante. O governo dá importância para a formação docente para a qualidade da educação e formação dos professores para melhorar no futuro, começando agora ou na base.

Como primeiro passo irá investir em infraestruturas e pessoas de modo a criar uma base forte para o nosso sector de formação vocacional isto incluirá:

- Desenvolvimento de formadores qualificados e profissionais.
- Desenvolvimento de currículos relevantes para as necessidades da indústria e dos alunos.
- Integração da formação como atividade essencial dos negócios.
- Ligação dos negócios a serviços de formação. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 34).

No que tange à Inclusão Social, a participação dos povos no acesso à educação com igualdade é importante. O governo tem preocupação com as pessoas que não têm possibilidade de ir à escola, por isso, dá importância para eles e o direito à educação e ajuda todo mundo para ter o mesmo conhecimento escolar. Portanto, o governo é

solidário com todo mundo. Por exemplo, implementou o Programa Merenda Escolar e criou a bolsa de estudo para garantir o futuro melhor. O governo tem preocupação com o futuro dos povos. Nesse sentido, concordamos com o documento, por que dá oportunidade a todos os timorenses irem à escola e receberem a mesma qualidade da educação.

3.2 LEI DE BASE DE EDUCAÇÃO (LBE)

A LBE é uma lei que vigora no sistema do ensino educativo e obrigatório para todos os cidadãos timorenses nos processos do ensino educativo aos todos os níveis do ensino. No entanto, essa lei como uma alicerça para aprofundar na área de educação, porque parece uma base que muito forte para os professores que dependem com essa lei; se não tem a lei então na área de educação há fracasso. Em seguida a lei de bases da educação como uma base legal que a constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) existe num país, parece um quadro legal ou referência para organizar bem na área de educação e para regulação no desenvolvimento no sistema de educativo de emergente e aprofunda mais a mudança do país pelo a sua independência, isso que as marcas são importantes desta lei de bases da educação.

O artigo 59.º da Constituição da RDTL atribui ao Estado a criação de um sistema público de ensino básico universal, obrigatório e, na medida das possibilidades, gratuito. Afirma igualmente que o Estado reconhece e fiscaliza o ensino privado e cooperativo. A Lei Fundamental garante a todos os cidadãos o direito e a igualdade de oportunidades de ensino e formação profissional, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística, para além do direito à fruição e à criação culturais, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural. A lei de bases da educação representa um passo decisivo no sentido do estabelecimento de um quadro legal de referência para a organização, orientação, regulação e desenvolvimento do sistema educativo emergente das profundas mudanças que o País atravessa desde a sua independência. A consagração da universalização do ensino básico de nove anos de escolaridade obrigatória e gratuita, o reforço da

garantia da igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares e a previsão de medidas destinadas a proporcionar uma escolaridade efetiva a todos os cidadãos assente em padrões de qualidade, são marcos importantes desta lei. (TIMOR-LESTE. JORNAL DA REPÚBLICA, 2008, p. 2.641).

A LBE estabelece o quadro legal de referência para a organização, orientação, regulação e desenvolvimento do sistema educativo emergente para aprofundar a mudança do país. Além disso, consagra a universalização do ensino básico de nove anos como escolaridade obrigatória e gratuita, a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar e a escolaridade efetiva para todos os cidadãos assente em padrões de qualidade. Após a *Constituição* (TIMOR-LESTE, 2002) da RDTL, todos os cidadãos têm direito e igualdade de oportunidades de ensino e formação profissional, o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística, além do direito à fruição e às criações culturais, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o patrimônio cultural.

3.2.1 Âmbito, Princípios e Objetivo Fundamental da LBE

A LBE destaca o sistema educativo, meio para se concretizar o direito à educação permanente para o desenvolvimento e o progresso social e a democratização da sociedade. Além disso, compete ao Estado assegurar os docentes com uma formação de qualidade para garantir a qualidade da educação, como se vê no artigo primeiro:

1. A presente lei estabelece o quadro geral do sistema educativo.
2. O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.
3. O sistema educativo é desenvolvido através de estruturas e de ações diversificadas, por iniciativa e sob-responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas, que entre si cooperam na manutenção de uma rede equilibrada e atualizada de ofertas educativas, capaz de proporcionar os conhecimentos, as

aptidões e os valores necessários à plena realização individual e profissional na sociedade contemporânea.

4. Compete ao Estado assegurar a disponibilidade de docentes com a formação qualificada adequada e demais recursos humanos, bem como das infraestruturas e meios financeiros necessários com vista a garantir uma educação de qualidade.

5. A presente lei é aplicável a todo o território nacional. (TIMOR-LESTE. JORNAL DA REPUBLICA, 2008, p. 2641).

O segundo artigo da lei chama atenção para que todos os cidadãos tenham direito à educação e à cultura, estas como meios para promover o desenvolvimento humano, a valorização e igualdade da vida, assim como o acesso à educação para todos os timorenses.

1. A todos os cidadãos é garantido o direito à educação e à cultura nos termos da Constituição da República e da lei.

2. O direito à educação é concretizado através de uma efetiva ação formativa ao longo da vida, com vista à consolidação de uma vivência livre, responsável e democrática, destinada a, no respeito pela dignidade humana, promover: a) O desenvolvimento da personalidade e a valorização individual assente no mérito; b) A igualdade de oportunidades e a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais; c) O progresso social.

3. O sistema de educação promove: a) O desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros, das suas personalidades, ideias e projetos individuais de vida, aberto à livre troca de opiniões e à concertação; b) A formação de cidadãos capazes de julgarem, com espírito crítico e criativo, a sociedade em que se integram e de se empenharem ativamente no seu desenvolvimento, em termos mais justos e sustentáveis.

4. É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

5. No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os timorenses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar. (TIMOR-LESTE. JORNAL DA REPÚBLICA, 2008, p. 2.641-2.642).

O terceiro artigo cita a liberdade de aprender e ensinar.

No artigo sexto, a lei cita a Comissão Nacional da Educação para garantir a estabilidade do país, uma boa política de governo e contribuir para a qualidade de educação através das várias áreas, tanto sociais, culturais como da economia para reforçar a sociedade, cultura e a economia do país. Por esse motivo o governo criou uma política através da Comissão Nacional da Educação para desenvolver e contribuir à nação.

O sétimo artigo fala sobre a organização geral do sistema educativo que inclui: Educação pré-escolar (o governo criou uma cooperação entre as famílias dos alunos e os professores); Educação Escolar (ensino básico, ensino secundário e ensino superior) e áreas especiais no tempo livre; Educação extraescolar (alfabetização de base para aprofundar mais a cultura, aberto para todo mundo); educação profissional (ao longo da vida, depende da área).

As línguas de ensino do sistema educativo timorense são o Tétum e a Língua Portuguesa, conforme a *Constituição* da RDTL, artigo treze. Por isso todos os cidadãos timorenses devem aprender a língua portuguesa como uma língua oficial. (Cadernos do CNLF, Vol. XIV, Nº 4, t. 3, 3176-3177).

A política de formação de professores em Timor-Leste é um ponto sensível da política linguística e de ensino de línguas do país, pois dela depende toda uma cadeia de políticas que ultrapassam o ambiente escolar e o Ministério da Educação. A formação dos professores em Timor-Leste representa simbolicamente o sucesso ou o fracasso da nova nação, pois o sucesso da aprendizagem pelas novas gerações da língua portuguesa está intrinsecamente relacionada ao que deu sustentação a luta pela independência do país: a sua especificidade regional marcada pela colonização portuguesa. (Cadernos do CNLF, Vol. XIV, Nº 4, t. 3, 3176-3177).

Dessa forma, a língua portuguesa está no programa do sistema educativo no Timor-Leste por causa da uma política de governo para todos os cidadãos. Quando eram clandestinas, as lideranças utilizavam a língua portuguesa. Por isso, depois de independência existe a Língua Portuguesa para uma segunda língua oficial.

O artigo nono coloca os objetivos e destinatários da educação pré-escolar. Por isso, precisa estimular a capacidade e favorecer a formação e desenvolvimento equilibrado para todas as potencialidades; contribuir para a estabilidade e para a segurança, favorecer a observação e compreensão natural e humana, promover a integração e participação. Além disso, criar uma formação moral no sentido de liberdade e com responsabilidade. A LBE planejou uma missão para assegurar uma rede de serviço público de educação pré-escolar; além disso, a rede de educação pré-escolar é constituída pelos jardins de infância das administrações locais e outras entidades particulares e cooperativas, coletivas ou individuais, após nomeadamente incluir instituições particulares de solidariedade social, associações dos pais, associações de moradores, organizações cívicas ou confessionais e associações sindicais ou de empregadores. O ministério é responsável pela política educativa para definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente quanto ao seu funcionamento e aos seus conteúdos educativos, apoiando, avaliando, inspecionando o fiscalizando a sua execução.

Conforme a LBE o ensino básico é gratuito, para todo timorense, universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos. Então a gratuidade no ensino básico abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com matrícula, frequência e certificação, podendo ainda os alunos dispor gratuitamente do uso de livros e material escolar, bem como transporte, alimentação e alojamento, quando necessários.

Conforme a lei, os objetivos do ensino básico são: “assegurar a formação integral de todas as crianças e jovens, através do desenvolvimento do ser, do saber, do fazer, do pensar, do aprender a viver juntos. Após assegurar uma formação geral de base comum para todos timorenses, garantir o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, da capacidade de raciocínio, da memória e do espírito crítico, da criatividade, do sentido moral e da sensibilidade estética, promovendo a realização individual, em harmonia com os valores da solidariedade social, e inter-relacionando, de forma equilibrada o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar, e a cultura do quotidiano”. Proporcionar aquisição e desenvolvimento de competências e conhecimentos de base, que permitam prosseguimento de estudos ou inserção do aluno, em esquemas de formação profissional bem como facilitar aquisição e desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho. Garantir o domínio das línguas Português e Tétum, proporcionar aprendizagem de uma primeira língua estrangeira,

proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as atividades manuais e a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética e a detectar e estimular aptidões nestes domínios. Seguidamente desenvolver conhecimento e apreço pelos valores característicos da identidade, línguas oficiais e nacionais, história e cultura timorenses, numa perspectiva de humanismo universalista de solidariedade e cooperação entre os povos. Depois proporcionar experiências que favoreçam a maturidade cívica e sócio afetiva, promovendo a criação de atitudes e de hábitos tendentes à relação e à cooperação, bem como à intervenção autónoma consciente responsável, do plano familiar comunitário e ambiental, visando a formação para uma cidadania democrática. Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidos às deficiências físicas e mentais, e criou uma condição adequada ao seu desenvolvimento das suas capacidades. Proporcionar liberdade de consciência e aumentar mais essas noções de educação cívica, moral e religiosa. O ensino básico deve ser organizado de modo a promover o sucesso escolar de todos os alunos, a conclusão por cada um deles de uma escolaridade efetiva de nove anos, fomentar neles interesse por uma constante atualização dos conhecimentos, valorizando os processos de informação e orientação educacionais em colaboração com os pais.

Conforme a LBE, o ensino básico compreende três ciclos: o primeiro de quatro anos (primeiro ao quarto ano); o segundo de dois anos (quinto e sexto ano); o terceiro de três anos (sétimo ao nono ano). “No primeiro ciclo o ensino é globalizante e com responsabilidade de um professor único, ou seja, apenas um professor que vai ser responsável pela profissão de cuidar dos alunos em áreas de especializadas”. Além disso, o professor deve dominar as áreas que vai ensinar os alunos, ou seja, as disciplinas do primeiro ciclo apenas um professor é responsável. No segundo ciclo o ensino organiza-se por áreas disciplinares de formação de base, com método de trabalho e estudo para obtenção de informações complementares e em regime de professor por área. No terceiro ciclo o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, e um professor por área, porque o professor deve dominar a área que vai ensinar para o aluno; em seguida o professor planeja o método do trabalho do estudo, após deveria saber uma língua estrangeira que utilizou na escola ou a língua portuguesa para ensinar os alunos e desenvolver em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas. A articulação entre três ciclos do ensino de básico obedece a uma sequencialidade progressiva e cada ciclo tem funções para completar, aprofundar e alargar. Os objetivos

específicos para cada ciclo integram-se nos objetivos gerais no ensino básico. Além disso, nas escolas especializadas do ensino básico devem ser reforçadas as componentes do ensino artístico ou da educação física e desportiva. Então a conclusão com aproveitamento do ensino básico confere o direito à atribuição de um diploma ou certificado, quando solicitado, o aproveitamento em qualquer ano no ciclo. Compete ao governo, através do ministério responsável pela política educativa, definir as normas gerais do ensino, nomeadamente quanto ao seu funcionamento e aos seus conteúdos educativos, apoiando, avaliando, inspecionando e fiscalizando a sua execução.

3.2.2 O Ensino Secundário

Segundo a LBE, Artigo 14.º, o ensino secundário é para os alunos que completaram o ensino básico:

1. Têm acesso aos cursos do ensino secundário os alunos que completarem com aproveitamento o ensino básico, devendo o acesso ocorrer no ano letivo imediatamente posterior à conclusão do ensino básico.
2. A frequência do ensino secundário é facultativa, competindo, no entanto, ao Governo, através do ministério responsável pela política educativa, promover a oferta deste nível de ensino. (TIMOR-LESTE. JORNAL DA REPÚBLICA, 2008, p. 2645).

Os objetivos do ensino secundário visam o futuro, aprofundar a aprendizagem e desenvolver a formação do ensino básico, aprofunda mais o conteúdo da formação humanística, artística, científica e técnica, como um suporte para o ensino superior. Desenvolve o raciocínio para ter pensamento melhor para futuro, racional, pensamento lógico e ajudar os alunos a ter uma curiosidade para saber o que os alunos ainda não sabem. Desenvolver as competências e a compreensão das manifestações culturais e estéticas ou um monumento que expressa à arte humana. Após, para fomentar uma aplicação de saber para aprofundar na leitura, no estudo, na crítica, na observação e na experimentação. Fomentar a realidade e os valores permanentes na sociedade em geral e na cultura timorense em particular, concretização estratégica de desenvolvimento de Timor-Leste, além disso, para a comunidade internacional. Assegurar uma orientação e formação vocacional através da preparação técnica e tecnologia para acessar o

mundo do trabalho. Facilitar contatos e experiências com o mundo do trabalho, para fortalecer mecanismos de aproximação entre a escola, à vida ativa e a comunidade dinâmica. Estimular a função inovadora e interventora da escola. Assegurar a existência de hábitos de trabalho individual e em grupo, fomentar o desenvolvimento do método, abertura de espírito, de sensibilidade e disponibilidade e adaptação à mudança.

O ensino secundário tem a duração três anos, de acordo com a dimensão vocacional de orientação para prosseguimento de estudo na vida ativa. Organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando cursos gerais, de natureza humanística e científica, predominantemente orientados para o prosseguimento no ensino superior universitário, permitindo também ingresso no ensino superior técnico. Cursos de formação vocacional, de natureza técnica e tecnológica ou profissionalizante de natureza artístico, predominantemente orientado à vida ativa, que possibilitam o acesso tanto ao ensino superior técnico como ao ensino superior universitário. Todos os cursos do ensino secundário contêm componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de línguas e cultura timorenses adequadas à natureza dos diversos cursos. Deve garantir-se permeabilidade adequada entre os cursos predominantemente orientados para a vida ativa e os cursos orientados predominantemente para prosseguimento de estudo no ensino superior universitário. Seguidamente a conclusão com aproveitamento do ensino secundário confere a direito a um diploma. Quando solicitado aproveitamento pode ser obtido em qualquer ano, sendo que neste caso do curso predominantemente orientado para a inserção na vida ativa. Através do ministério responsável pela política educativa do governo definir as normas gerais do ensino secundário, nomeadamente ao seu funcionamento e aos seus conteúdos educativos, apoiando, avaliando, inspecionando e fiscalizando a sua execução.

3.2.3 O Ensino Superior

O Estado deve criar as condições que garantam possibilidade dos cidadãos frequentarem o ensino superior, de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades econômicas e regionais ou de desvantagens sociais prévias.

Segundo a LBE, “Os estabelecimentos de ensino superior podem associar-se com outros estabelecimentos de ensino superior, nacionais ou estrangeiros, para conferirem os graus académicos e atribuírem os

diplomas previstos nos artigos seguintes” (TIMOR-LESTE. JORNAL DA REPÚBLICA, 2008, p. 2647).

O ensino superior técnico compreende curso de dois anos, quatro semestres, conferindo, respectivamente, diploma I ou II. O ensino superior universitário compreende curso de bacharelado, licenciatura, mestrado e doutoramento conferindo, respectivamente os graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor. O ensino superior universitário compreende ainda curso de Pós-Graduação, conferindo diploma de Pós-Graduação. Daí os estabelecimento do ensino superior podem realizar cursos não conferentes de grau acadêmico ou de diplomas referidos nos números anteriores de presente artigo que cuja conclusão com aproveitamento conduza atribuição de um diploma ou certificado. Por isso, o funcionamento de curso conferente de grau ou de diploma de pós-graduação bem como do ensino superior técnico, está sujeito a registro nos termos legais que vierem a ser aprovados pelo governo.

Quanto ao Bacharelado, artigo 21º, a LBE comprova uma formação cultural, científica e técnica de nível superior de conhecimentos de determinada área do saber e capacidade para o exercício de uma atividade profissional adequada à formação obtida. Podem aceder a um curso de bacharelado os alunos que completem um curso do ensino superior técnico, conferente de diploma II. O grau de Bacharel é concedido após a conclusão de uma formação superior, com duração de seis semestres ou três anos.

1. O grau de bacharel comprova uma formação cultural, científica e técnica de nível superior de conhecimentos numa determinada área do saber e capacidade para o exercício de uma atividade profissional adequada à formação obtida.
2. Para além dos indivíduos referidos nos números 1 e 5 do artigo 18.º da presente lei, podem aceder a um curso de bacharelato os alunos que completem um curso do ensino superior técnico, conferente de diploma II.
3. O grau de bacharel é concedido após a conclusão de uma formação superior, com duração de seis semestres. (TIMOR-LESTE. JORNAL DA REPÚBLICA, 2008, p. 2648).

No caso da Licenciatura, artigo 22º, o grau de licenciatura ou licenciado comprova um nível superior de conhecimentos numa área científica e capacidade para o exercício de uma atividade profissional qualificada. O grau de licenciado é concedido após a conclusão de uma

formação superior com a duração de dois semestres; na sequência da elaboração de uma tese especialmente escrita para o efeito sujeita à discussão e aprovadas. Têm ascendido ao curso de licenciatura os indivíduos que tenham concluído, com aproveitamento, de um curso de bacharelado. Em casos excepcionais, os cursos que conferem o grau de licenciado podem ter a duração de mais um ou dois semestres.

Conforme a LBE, artigo 23º, acedem à pós-graduação os indivíduos que habilitados com o grau de bacharel ou licenciado, e o diploma de pós-graduação comprova como uma especialização de determinada área científica e a capacidade para prática de investigação ou para o exercício profissional especializado. Os cursos de pós-graduação integram uma parte escolar e o indivíduo que tenha um diploma de pós-graduação pode prosseguir para o curso de mestrado com dispensa da parte escolar, desde que o ramo ou subdivisão do conhecimento científico da pós-graduação coincida com o curso de mestrado.

O artigo 24 menciona o programa de mestrado, grau de mestre, comprova um nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e a capacidade para prática de investigação ou para o exercício profissional especialmente qualificado. O grau de mestre é concedido depois da conclusão de uma formação superior, com a duração de quatro semestres e integrando uma parte escolar com a duração de dois semestres. O acesso ao curso de mestrado é para as pessoas que tenham concluído com aproveitamento um curso de licenciatura ou curso de pós-graduação. A concepção de grau de mestre pressupõe a elaboração de uma tese especialmente escrita para o efeito na sua discussão e aprovação ou a realização de um projeto profissional ou de investigação a sua apreciação e aprovação.

O grau de doutor comprova a realização de uma contribuição inovadora e original para o progresso do conhecimento, um alto nível cultural numa determinada área do conhecimento e aptidão para realizar o trabalho científico independente. O grau de doutor é concedido após a conclusão de uma formação superior com duração mínima de seis semestres, e têm ascendido ao curso de doutoramento as pessoas que tenham concluído aproveitar um curso de mestrado. Excepcionalmente podem ser admitidos ao doutoramento indivíduos titulares de Licenciatura e detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido meritório ou merece para o efeito pelo competente do órgão científico do estabelecimento do ensino onde se realiza respectivo doutoramento. Os cursos conducentes no grau de doutor podem integrar uma parte escolar com a duração máxima de

quatro semestres, nessa concepção do grau de doutor pressupõe ainda a elaboração de uma dissertação original de investigação a sua discussão e aprovação.

O ensino superior universitário realiza-se em universidades, institutos universitários e em escolas universitárias não integradas, e o ensino superior técnico realiza-se em institutos politécnicos. As universidades que podem ser constituídas por escolas, institutos ou faculdades diferenciadas, por departamentos ou outras unidades, podendo ainda integrar unidades orgânicas de ensino superior técnico. Então, os institutos politécnicos podem ser constituídos por departamentos ou unidades, daí os estabelecimentos do ensino superior podem associar-se para organização de cursos e atribuição de graus do ensino superior, e podem ser constituídos de centros de estudos superiores, que colaboram na realização da educação ao longo da vida e na valorização dos recursos humanos locais, cabendo aos estabelecimentos de ensino superior a certificação das qualificações atribuídas.

3.2.4 Modalidades Especiais de Educação Escolar

As modalidades especiais de educação escolar têm foco na identificação das modalidades especiais de educação escolar, então a modalidade geral de educação escolar destina-se para a educação especial, para o ensino artístico especializado, para o ensino recorrente e para a educação a distância. Por isso, cada uma das modalidades especiais é parte integrante da educação escolar e as modalidades especiais de educação são reguladas por uma lei especial própria.

A educação especial quer dar garantia para as pessoas que têm problema de saúde mental, da fala, da visão, do motor, cognitivo, da linguagem ou da comunicação e emoção da saúde física para todos tem seu direito educativo que adequadas. A educação especial visa à integração educativa e social, para reduzir as limitações de resultante da deficiência e desenvolver aperfeiçoar todas as suas capacidades e todo o seu potencial, através desse objetivo para integrar atividades dirigidas aos educandos e ações destinadas a adequar os ambientes familiar e comunitário. A educação especial deve ser prestada por docente e outros técnicos especializados e pressupor a existência de currículos e programas de cada tipo e grau de deficiência. Nesse sentido o Estado deve promover e apoiar a educação especial, iniciativa da educação especial à administração central e local e a outras entidades particulares e cooperativas, coletivas ou individuais, nomeadamente instituições

particulares de solidariedade social, associações de pais, associações de moradores, organizações cívicas ou confessionais e associações sindicais ou empregadores. Através do ministério responsável pela política educativa definir as normas gerais da educação especial quanto ao seu funcionamento e aos seus aspetos pedagógicos e técnicos, apoiando, avaliando, inspecionando e fiscalizando a sua execução.

O ensino artístico especializado destina-se para as pessoas que têm artes ou que têm vontade para desenvolver as artes e aprofundar mais as linguagens artísticas, especificamente nas áreas belas artes, das artes do espetáculo, do áudio visual e multimídia, do design e das artes aplicadas. O ensino artístico especializado visa uma formação de excelência e resposta à procura individual orientada para aprofundamento de linguagens artísticas específicas, para criar as bases necessárias ao desenvolvimento pessoal da maturidade artística em consideração à precocidade e à sequencialidade exigida pelas diferentes artes. O ensino artístico especializado abrange o ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior. Os diplomas e certificados atribuídos ao ensino artístico especializado de nível básico e secundário conferem as mesmas qualificações e possibilidades de prosseguimento de estudos que os diplomas e certificados obtidos nos correspondentes níveis da modalidade geral de educação escolar.

O ensino recorrente destina-se para as pessoas que ultrapassaram a idade indicada para frequência do ensino básico ou ensino secundário tendo que completar o ensino básico entre dezesseis e dezoito anos de idade, trabalhe e disso façam prova e aos que não tiveram a oportunidade de enquadrar na educação escolar na idade normal de formação. O ensino recorrente tem por objeto o ensino básico e o ensino secundário, o ensino recorrente é ministrado, predominantemente, em regime noturno e as formas de acesso e os planos e métodos de estudos são organizados de modo adequados aos grupos etários a que se destina a experiência de vida e ao nível de conhecimentos demonstrados. O ensino recorrente atribui os mesmos diplomas e certificados que os conferidos pelo ensino básico e secundário e não tem prejuízo de poder distinguir no processo de avaliação e certificação, qualificação que permitem o prosseguimento de estudos e qualificação que não permitem o prosseguimento.

A educação a distância é suportada nos multimídia e nas tecnologias da informação e das comunicações, quer como complemento e quer como alternativa à modalidade de educação presencial. Além disso, o ensino a distância terá particular incidência na educação recorrente e na formação contínua dos professores. A

educação a distancia deve assumir uma vocação de promoção da inovação e da sociedade da informação e do conhecimento. O Estado reconhece a educação ao longo da vida e as aprendizagens inovadoras baseadas nas novas tecnologias da informação e das comunicações.

3.3 PROFESSORES PERMANENTES E CONTRATADOS NO TIMOR-LESTE DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR AO ENSINO SUPERIOR

Quadro 4 – Dados Totais Professores Permanentes e Contratados Timor-Leste no Ensino Pré-escolar ao Ensino Secundário – 2014

No	Distrito	Nível do Ensino (Prof. Permanente)					Total Por Distrito	Nível do Ensino (Prof. Contratado)	Total Geral
		Pré-Escolar	Prof. 1º, 2º Cíclo	Prof. 3º Cíclo	Sec. Geral	Sec. Técnico		EB. 1º 2º E 3º Cíclo	
1	Aileu	8	367	89	75	15	554	68	622
2	Ainaro	3	423	93	50	0	569	321	890
3	Baucau	7	866	257	168	43	1341	354	1.695
4	Bobonaro	19	672	141	121	0	953	332	1.285
5	Covalima	32	496	143	83	26	780	210	990
6	Dili	96	958	368	484	135	2041	484	2.525
7	Ermera	4	629	115	56	2	806	532	1.338
8	Lautem	13	519	148	109	11	800	110	910
9	Liquiça	2	415	120	46	19	602	77	679
10	Manatuto	4	306	102	45	0	457	115	572
11	Manufahi	5	421	129	63	47	665	172	837
12	Oecusse	5	346	98	52	21	522	230	752
13	Viqueque	11	601	191	147	17	967	126	1.093
14	Nacional+ Infordepe						25		
		209	7019	1994	1499	336	11082	3131	

Fonte: ME-TL, 2014.

O quadro 4 mostrou os dados de professores permanentes e contratados no Timor-Leste em 13 municípios do Ensino Pré-escolar ao Ensino Secundário, tanto Geral quanto Técnico, incluindo as escolas públicas e privadas.

Quadro 5 – Dados de Professores Permanentes Conforme Habilitação Literária Timor-Leste do Ensino Pré-escolar ao Ensino Secundário – 2014

No	Nível Educação Prof. Permanente	Nível do Ensino						
		Pré-Escolar	1 ° e 2 ° Cíclo	3 ° Cíclo	ESG	Tec.Voc	Nacional + Infordepe	Total
1	Mestrado	0	3	6	35	6	4	54
2	Pós-Graduação	0	5	4	9	1	0	19
3	Licenciatura	12	247	502	781	152	2	1696
4	Bacharelato	18	1525	477	235	58	9	2322
5	Diploma 4	0	0	2	0	2	0	4
6	Diploma 3	0	27	60	91	34	0	212
7	Diploma 2	7	109	232	50	21	0	419
8	Diploma 1	0	2	3	0	0	0	5
9	12º Ano	169	5015	669	260	57	5	6175
10	Sem Data	3	86	39	38	5	5	176
Total		209	7019	1994	1499	336	25	11082

Fonte: ME-TL, 2014.

O segundo quadro mostrou também os dados de professores permanentes conforme habilitação literária do Ensino Pré-escolar até o Ensino Secundário (Geral e Técnico). Significa que os professores que ensinaram no ensino pré-escolar ao ensino secundário tanto na escola pública e na escola privada maioria apenas nível da acadêmica são licenciaturas e bacharelatos. Além disso, existem também os professores com menor formação específica na área de formação inicial de professores que ensinam no Pré-escolar e até no Secundário.

3.4 DADOS TOTAIS DE PROFESSORES PERMANENTES E CONTRATADOS CONFORME HABILITAÇÃO LITERÁRIA NO TIMOR-LESTE EM ENSINO SUPERIOR

Quadro 6 – Díli Institute of Technology/Díli Instituto de Tecnologia (DIT) – 2011

No	Nível de Educação	Professores				
		Permanentes	Contratados	Masculino	Feminino	
1	Doutorado	2	76	37	80	33
2	Mestrado	26				
3	Pós-graduação	38				
4	Licenciatura	44				
5	Bacharelato	3				
6	Total					113

Fonte: *National Agency For Academic Assessment and Accreditation*, 2011.

O DIT é um instituto privado no qual existem 113 professores, permanentes e contratados. A maioria possui pós-graduação, mestrado e licenciatura.

Quadro 7 – Institute Of Bussiness/Instituto de Negócio (IOB) – 2011

No	Nível de Educação	Professores				
		Permanentes	Contratados	Masculino	Feminino	
1	Doutorado	17	30	67	73	24
2	Mestrado	22				
3	Licenciatura	57				
4	Bacharelato	1				
5	Total					97

Fonte: *National Agency For Academic Assessment and Accreditation*, 2011.

No IOB é um instituto privado que existem 97 professores tanto professores permanentes e contratados e os professores maioria de nível acadêmico licenciatura, mestrado e doutorado.

Quadro 8 – Instituto Superior Cristal (ISC) – 2011

No	Nível de Educação	Professores				
		Permanentes		Contratados	Masculino	Feminino
1	Doutorado	5	34	148	165	17
2	Mestrado	20				
3	Pós-graduação	3				
4	Licenciatura	153				
5	Bacharelato	1				
6	Total					182

Fonte: *National Agency For Academic Assessment and Accreditation*, 2011.

O ISC é um instituto privado com 182 professores, permanentes e contratados. Além disso, tem a maioria dos professores com o nível de licenciatura e mestrado.

Quadro 9 – Instituto Profissional de Canossa (IPDC) – 2011

No	Nível de Educação	Professores				
		Permanentes		Contratados	Masculino	Feminino
1	Mestrado	6	15	16	20	11
2	Licenciatura	21				
3	Bacharelato	4				
4	Total					31

Fonte: *National Agency For Academic Assessment and Accreditation*, 2011.

O IPDC, instituto privado, possui 31 professores permanentes e contratados na maioria com licenciatura.

Quadro 10 - Instituto de Ciências Religiosas (ICR) – 2011

No	Nível de Educação	Professores				
		Permanentes		Contratados	Masculino	Feminino
1	Mestrado	16	13	23	31	5
2	Pós-graduação	1				
3	Licenciatura	18				
4	Bacharelato	1				
5	Total					36

Fonte: *National Agency For Academic Assessment and Accreditation*, 2011.

O ICR, privado, tem 36 professores permanentes e contratados, a maioria com nível acadêmico de licenciatura e mestrado.

Quadro 11 – Instituto Católico para Formação de Professores (ICFP) – 2011

No	Nível de Educação	Professores				
		Permanentes		Contratados	Masculino	Feminino
1	Mestrado	7	15	2	8	9
2	Pós-graduação	5				
3	Licenciatura	4				
4	Bacharelato	1				
5	Total					17

Fonte: *National Agency For Academic Assessment and Accreditation*, 2011.

O ICFP, católico, tem 17 professores permanentes e contratados, sendo a maioria com mestrado e pós-graduação.

Quadro 12 – Universidade da Paz (UNPAZ) – 2011

No	Nível de Educação	Professores				
		Permanentes		Contratados	Masculino	Feminino
1	Doutorado	18	114	44	140	18
2	Mestrado	43				
3	Licenciatura	97				
4	Total					158

Fonte: *National Agency For Academic Assessment and Accreditation*, 2011.

Na Universidade da Paz, privada existem 158 professores, a maioria com formação em licenciatura, mestrado e doutorado, incluídos professores permanentes e contratados.

Quadro 13 – Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) – 2011

No	Nível de Educação	Professores				
		Permanentes		Contratados	Masculino	Feminino
1	Doutorado	9	253	22	228	47
2	Mestrado	115				
3	Pós-graduação	4				
4	Licenciatura	128				
5	Bacharelato	19				
6	Total					275

Fonte: *National Agency For Academic Assessment and Accreditation*, 2011.

Na UNTL, única universidade pública no Timor-Leste, existe 275 professores, permanentes e contratados. A maioria possui o nível de licenciatura e mestrado.

4. CONCLUSÃO

O título da dissertação é *Educação e formação de professores no Timor-Leste (2000-2012)*. Nesse sentido, analisamos a história do Timor a partir da colonização portuguesa, depois a invasão pela Indonésia até a restauração da Independência em 2002. Posteriormente, discutimos o problema da Educação no Timor, país novo que precisa construir seu desenvolvimento, tanto na qualidade da Educação quanto no seu papel no desenvolvimento econômico e outras necessidades humanas. Por isso, o Timor-Leste está se reconstruindo para ser bom como outros países.

Por meio do balanço da produção sobre Educação em Timor analisamos o que os autores dizem ser melhor para uma Educação de qualidade. Procuramos nessa produção o sentido que ajudasse na análise da formação de professores no Timor-Leste. Em seguida examinamos os documentos relativos à política educacional do país, documentos do governo e focamos no tema, levantando os dados dos professores no Timor-Leste.

Concordamos com Lamare (2014, p. 3-4), que:

A educação seria, portanto, um meio eficaz para capacitar os indivíduos e esta deve ocorrer em uma parceria do Estado com organizações da sociedade civil. A ideia central é a superação da pobreza, ou da miséria, através da colaboração e da cooperação dos cidadãos, com a disseminação de valores como solidariedade e prosperidade. Deste modo, a função da educação deve ser aumentar a produtividade das camadas mais pobres da população através da ampliação do acesso aos bens sociais, gerando “capital social”. Valoriza-se, nesse contexto, o individualismo (anuncia-se que o único limite do indivíduo deve ser a sua própria capacidade de vencer), a diferença (associada à possibilidade de competitividade), a dispersão/ descontinuidade (relacionada à efemeridade dos processos vividos na sociedade), o fragmento.

Então, para ter boa qualidade na Educação, é preciso capacitar os indivíduos pela formação de professores no país. Além disso, precisa haver colaboração entre o Estado e a Sociedade Civil para manter a capacidade dos indivíduos no desenvolvimento dos recursos humanos.

Neste caso, o governo trabalhou junto com a sociedade civil para diminuir a pobreza através da boa qualidade da educação, ou seja, criou uma parceria para resolver ou superar a pobreza do país.

Para atingir as metas dessa política, o governo criou parcerias com os países de língua portuguesa para manter a formação dos professores e as ciências, especialmente com Portugal e Brasil porque a língua portuguesa é a língua oficial do Timor. O governo do Timor-Leste mantém as parcerias com os países de Língua Portuguesa para desenvolver o nosso país, porque, como país novo, está se construindo e precisa da experiência de outros países para ter uma comparação sobre o que será melhor no futuro.

Durante o período que passei no Brasil, o mestrado foi bom porque foi uma experiência única na minha vida. Ajudou bastante no crescimento de meu conhecimento, sobre o que vou fazer profissionalmente e o que devo saber em termos de ciência ou produção de texto. Aprendi muitas coisas e conheci melhor a positividade, gostei muito dessa área, Ciência da Educação. Isto é muito importante para mim, pois sempre tive vontade de estudar e caminhar para frente. Além disso, antes de atingir o fim do estudo, enfrentei bastante dificuldades, mas sempre com coragem para avançar e lutar, pois era uma batalha que precisava vencer. Este estudo é uma provisão da vida a levar para o futuro. As dificuldades que enfrentei foram para melhorar no futuro que desenvolverei e também aumentar o meu conhecimento sobre a Ciência da Educação.

No Brasil enfrentei muitas diferenças, porque cada país é diferente no jeito, costume, método ensino-aprendizagem, relação entre professores e alunos, na vida cotidiana. Acostumei-me e adaptei-me, porque quem vem estudar precisa respeitar e considerar os outros e o costume, parte da identidade de cada país. As experiências foram novas e quero leva-las para Timor-Leste. A metodologia ensino-aprendizagem na sala de aula, a relação entre alunos e professores e a relação com os amigos foram muito importantes.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. B. A. Formação de professores de língua portuguesa: impressões de viagem. **Revista Querubim**, Niterói, RJ, ano 8, set. 2012.
- BELO, J. C. **A formação de professores de Matemática no Timor-Leste à luz da Etnomatemática**. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- CANARIN, G. J; CANARIN, R. T. Formação de professores em Timor-Leste: desafios e perspectivas. In: SIMPÓSIO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 5., 2013, Tubarão. **Anais...** Tubarão, SC: UNISUL, 2013a.
- CANARIN, G. J; CANARIN, R. T. Alguns desafios da formação de professores em Timor-Leste: um relato sobre a formação continuada na disciplina de tecnologias e *multimídia*. In: SIMPÓSIO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 5., 2013, Tubarão. **Anais...** Tubarão, SC: UNISUL, 2013b.
- CASSIANI, S; LINSINGEN, I. V; LUNARDI, G. Enfocando a formação de professores de ciências no Timor-Leste. **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, Florianópolis, SC, v. 5, n. 2, p. 189-208, set. 2012.
- CARNEIRO, A. S. R. Políticas de linguísticas em Timor-Leste: tensões no campo da formação docente. **Cadernos do CNLF**, Vol.XIV, Nº 4,t.3, UNICAMP.
- DINIZ, D. C. A formação do educador no Brasil: política de estado? In: JORNADA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais...** São Luís, MA: UFMA, 2011.
- EVANGELISTA, O; SHIROMA, E. S. O combate à pobreza nas políticas educativas do século XXI: VIII congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.
- FERNANDES, A. A. **Estudo comparativo entre professores que fizeram e que não fizeram curso de formação docente na República Democrática de Timor-Leste**. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FERREIRA, M. **Educação, formação e profissionalização docente no Brasil e no Timor-Leste**. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.

GUSMÃO, M. M. **Cooperação bilateral Brasil Timor-Leste na profissionalização docente em serviço: perspectivas e desafios do século XXI**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

JERÓNIMO, A. C. **Formação continuada de professores do ensino não superior em Timor-Leste**. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Aveiro. Aveiro, 2011.

KAILO. **Na origem da palavra educação**. 2012. Disponível em: <<http://www.kailo.com.br/2012/08/na-origem-da-palavra-educacao/>>. Acesso em: 12 out. 2015.

LAMARE, F. F. Educação para o “saber fazer”: formação de professores para que projeto de sociedade? In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande, PB: Realize Eventos e Editora, 2014. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_10_07_2014_09_28_19_idinscrito_4211_dd09d72674001c3698d4abae0e49330.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

NOVOA, A. Profissão Professor. Organização de Antonio Nóvoa. 2ª edição. PORTO EDITORA, LDA- 1995.

LUDKE, M; ANDRE, M. E. D. A. pesquisa em educação: abordagens qualitativas: Rio de Janeiro, 2013.

PÍNCANO, A et al. Educação de pessoas adultas Contribuições ao currículo de EJA formação do/a educador/a lórosa’e. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 15., 2005, Campinas. **Anais...** Campinas, SP: Unicamp, 2005.

PUENTES, R. V; AQUINO, O. F; NETO, A. Q. Profissionalização dos professores: conhecimentos, saberes e competências necessárias á docência. **Educar**, Curitiba, PR, n. 34, p. 169-184, 2009.

TAVARES, C. Z. Formação em avaliação como um caminho para a profissionalização docente. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 16, p. 59-74, 2010.

TIMOR-LESTE. Lei nº 14, 29 de outubro de 2008. Leis de Bases da Educação. **Jornal da República**, Díli, 29 out. 2008.

TIMOR-LESTE: dados históricos. **Diaktimor**: ONG timorense a desenvolver projectos em duas áreas educação e artesanato. 2010. Disponível em: <<https://diaktimor.wordpress.com/2010/05/21/timor-leste-dados-historicos/>>. Acesso em: 12 out. 2015.

TIMOR-LESTE. **Plano estratégico de desenvolvimento 2011-2030**. Díli, 2011.

TIMOR-LESTE, Censo 2010: Disponível em: <timor-leste.gov.tl/?p=4144&n=1> Acesso em: 2 fev. 2016.

TIMOR-LESTE.ME-TL

TIMOR-LESTE. *National Agency For Academic Assessment and Accreditation*, 2011: Disponível em: <pt.anaaa.gov.tl> acesso em 2015

TIMOR-LESTE. ONU. *Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, Timor-Leste. 2009. Disponível em: <<http://www.tl.undp.org/content/dam/timorleste/docs/library/MDGReport2009Portugues.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

VARELA, G. **Uma abordagem histórico-crítica da formação de professores de Matemática no Timor-Leste**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.